



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais

Curso Relações Internacionais

ESTEVAM RODRIGUES AGUIAR

**REALISMO OFENSIVO NA GUERRA DO PARAGUAI: UMA
ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE O MAIOR CONFLITO
ARMADO DA HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA**

Brasília
2008

Aguiar, Estevam Rodrigues.

Realismo Ofensivo na Guerra do Paraguai: Uma Abordagem Teórica Sobre o Maior Conflito Armado da História da América Latina: [S.n.], 2008.

87 f.

Trabalho de conclusão de Curso UniCEUB – Centro Universitário de Brasília. Curso de Relações Internacionais.

1. Teoria e História das Relações Internacionais; 2. Guerra do Paraguai;
3. Realismo ofensivo.

ESTEVAM RODRIGUES AGUIAR

**REALISMO OFENSIVO NA GUERRA DO PARAGUAI: UMA
ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE O MAIOR CONFLITO
ARMADO DA HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA**

Monografia apresentada como
requisito parcial para a conclusão
do curso de bacharelado em
Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília - UniCEUB.

Brasília
2008

ESTEVAM RODRIGUES AGUIAR

**REALISMO OFENSIVO NA GUERRA DO PARAGUAI: UMA ABORDAGEM
TEÓRICA SOBRE O MAIOR CONFLITO ARMADO DA HISTÓRIA DA AMÉRICA
LATINA**

Monografia apresentada como
requisito parcial para a conclusão
do curso de bacharelado em
Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília - UniCEUB.

Brasília, 14 de Novembro de 2008.

Banca Examinadora:

Prof.: Frederico Seixas Dias (Orientador)

Prof.: Delmo de Oliveira Arguelhes (Membro)

Prof.: Daniel Jatobá (Membro)

Dedico este Trabalho à minha mãe,
que com muito suor tornou capaz
minha graduação universitária.

A toda minha família e a minha
companheira, que me deram forças
para acreditar que não existem
obstáculos intransponíveis em
nossas vidas.

Agradeço:

A Deus em primeiro lugar.

Aos professores Frederico Dias e Fátima Faro, por me ajudarem na difícil caminhada da Monografia.

A todos os colegas de faculdade, que me ensinaram inúmeras lições e tornaram muito mais agradável o andamento do curso de Relações Internacionais.

*“É o objetivo de dar saúde
que cria a ciência médica, e o
objetivo de construir pontes que cria
a ciência da engenharia.*

*O desejo de curar as
doenças do corpo político deu
impulso e inspiração à ciência
política.”*

E. H. Carr

RESUMO

Análise, sob a ótica do Realismo Ofensivo, do maior embate bélico da história da América Latina: a Guerra do Paraguai. Pesquisadas as relações de poder existentes entre os estados da região platina no período que antecedeu a guerra, bem como sua importância para a deflagração do conflito. Através da incursão histórica e do levantamento de dados provenientes dos países participantes da guerra, foram comprovadas benefícios e limitações de uma abordagem teórica sobre um conflito histórico. As premissas da vertente ofensiva da teoria Realista foram aplicadas sobre o panorama sistêmico que regia as relações entre os países na época da guerra. Verificada a participação de atores externos e como se configurava a balança de poder no período anterior e durante a consecução do embate. A visão realista ofensiva foi utilizada como ferramenta para se entender o que levou os estados do Prata a recorrerem ao uso da força para a solução de suas controvérsias.

Palavras-Chave: Teoria e História das Relações Internacionais, Guerra do Paraguai, Realismo Ofensivo.

ABSTRACT

Analysis, from the viewpoint of the Offensive Realism, of the biggest military conflict in the history of Latin America: the Paraguay War. Research of the power relations between the states of the river *da Prata* region during the period preceding the war, and its importance to the outbreak of the conflict. Through the historical incursion and data survey from the countries that participated in the war, the benefits and limitations of a theoretical cut of a historic conflict have been analyzed. The assumptions of the offensive position of the realist theory were applied to the systemic framework that governed the relations between the countries by the time of the war. The participation of external actors and how the balance of power configured in the period before and during the course of the conflict were verified. The offensive realist view was used as a tool to understand what led the states of the region to the use of force in order to solve their disputes.

Key Words: Theory and History of International Relations, Paraguay War, Offensive Realism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 O ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O IMPACTO DE UMA ABORDAGEM REALISTA.....	12
1.1 REALISMO OFENSIVO.....	14
1.2 OPERACIONALIZAÇÃO DO PODER.....	17
1.3 OBJETIVOS ESTATAIS.....	21
1.4 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO INTERNACIONAL.....	26
1.5 CAUSAS ESTRUTURAIS DA GUERRA.....	32
2 GUERRA DO PARAGUAI.....	34
2.1 ABORDAGENS HISTORIOGRÁFICAS PARA O CONFLITO.....	34
2.2 TENSÕES PRÉ-CONFLITO.....	37
2.3 O CONFLITO.....	40
2.3.1 Ofensiva Paraguaia.....	41
2.3.2 Reação dos Aliados.....	43
2.3.3 Invasão do Paraguai.....	45
2.3.4 Vitória Final: O fim de Solano López.....	49
2.4 BALANÇO DA GUERRA.....	50
3 PANORAMA REGIONAL E INTERNACIONAL EM TEMPOS DE GUERRA.....	54
3.1 CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA PLATINO NO PERÍODO PRÉ-GUERRA.....	55
3.1.1 A busca hegemônica do Império Brasileiro.....	55
3.1.2 O crescimento Paraguaio.....	57
3.1.3 Multipolaridade Desequilibrada como Causa para a Guerra do Paraguai.....	61
3.2 ATUAÇÕES INTERNACIONAIS NO CONFLITO.....	65
3.2.1 Inglaterra: interesses imperialistas na guerra do Paraguai.....	66
3.2.2 Estados Unidos.....	68
3.2.3 Uma visão enaltecida do Governante Paraguaio e da Influência negativa da Inglaterra na Guerra do Paraguai.....	70
3.2.4 Posições Neutras.....	73
3.2.5 Equilibradores Extracontinentais na Guerra do Paraguai.....	76
CONCLUSÃO.....	80
BIBLIOGRAFIA.....	84

INTRODUÇÃO

O estudo das Relações Internacionais sempre foi marcado pelo domínio de países anglo-saxônicos na construção dos paradigmas teóricos. Seja por fatores econômicos, seja por fatores intelectuais, é claramente perceptível a supremacia acadêmica dos países do norte, colocando em segundo plano a formulação de teorias que abordem acontecimentos históricos determinantes na formação dos países da América Latina. As ideologias difundidas pelos teóricos de origem anglo-saxônica chegam ao hemisfério sul como manuais a serem seguidos e interpretados, e por diversas vezes, não se configuram como ferramentas eficazes para o entendimento da importância das teorias das Relações Internacionais na história dos estados Latinos.

A teoria realista, até mesmo por possuir uma afinidade maior com o estudo das relações de poder entre estados mais potentes, exclui de seu escopo, regiões como o continente africano e a América Latina. Teóricos dessa vertente como Morgenthau, Waltz e Aaron certamente diferiam quanto as suas abordagens do realismo, mas possuíam em comum em suas obras, o ostracismo dedicado aos países subdesenvolvidos. Como afirma Amado Cervo (1994), durante a Guerra Fria, o realismo inclinou-se completamente para o estudo das contendas entre as maiores potências daquele sistema bipolar, e nada disse sobre as relações norte-sul que ocorreram no mesmo período.

Dentro desse panorama, a inclusão dos países do hemisfério sul no estudo das Relações Internacionais e de suas teorias é imperativa para a democratização dessa ciência. Trazer as abordagens teóricas como o Realismo e suas novas vertentes, tal qual o Realismo Ofensivo, para a realidade dos países em desenvolvimento, ajuda a incorporar o estudo das Relações Internacionais às identidades culturais locais. Doravante, o estudo de acontecimentos históricos desses países, sob a égide de premissas teóricas pode fornecer visões acerca da história dos países latinos, nunca antes encontradas. A junção entre teoria e história pode aclarar vários fatores importantes para a formação histórica de um estado, que por vezes são encobertos por estudos falhos e tendenciosos. Vislumbrar uma aplicação teórica aos acontecimentos do sul do continente americano, exige a transcendência dos manuais de teorias que

atendem aos ideais nortistas. Ademais, ver a história latino-americana sobre os moldes teóricos, possibilita a adaptação das teorias à realidade inerente aos estados do cone sul do globo.

Dessa forma, trazer uma abordagem teórica para a realidade histórica do sul do continente americano, requer o estudo de algum recorte de tempo no passado de grande importância na formação das relações entre os estados da região. Dentre vários acontecimentos históricos relevantes na história da América Latina, a Guerra do Paraguai se destaca por sua dimensão e pela repercussão internacional causada em seu decurso, no século XIX. Paralelamente, como teoria de maior significância para as relações internacionais, o Realismo surge como instrumento de estudo viável quando o assunto a ser abordado envolve a solução de desavenças pelo uso da força, uma vez que suas bases são firmadas sobre ideais como o de Clausewitz que afirma ser a guerra a continuação da política por outros meios.

Dentre as várias vertentes da Teoria Realista, uma visão ganhou recente notabilidade devido a suas afirmações menos convencionais e defensoras da guerra como melhor estratégia de ganhos de poder, o Realismo Ofensivo. Com premissas divergentes do Realismo Político de Morgenthau, o Realismo Ofensivo parte de uma abordagem sistêmica, na qual os estados movidos pelas inibições estruturais, adotam a postura ofensiva como melhor maneira de manter sua soberania.

Com o intuito de elucidar o panorama histórico que envolveu a Guerra do Paraguai, pode-se adotar como instrumento analítico fornecido pela teoria das Relações Internacionais, o paradigma que postula a guerra como uma das estratégias mais eficazes na luta por poder, o Realismo Ofensivo. Assim, verificar se a aliança entre o fato histórico e a abordagem teórica como catalisador de um maior entendimento acerca do conflito, remete aos seguintes problemas de pesquisa: Quais foram as causas da Guerra do Paraguai? Qual a aplicabilidade das premissas do Realismo Ofensivo no estudo da Guerra do Paraguai? Qual a influência da estrutura sistêmica vigente na época para que se iniciasse o conflito na região platina?

O presente estudo busca como seu primeiro objetivo geral, analisar a Guerra do Paraguai sob a visão do Realismo Ofensivo, bem como verificar suas limitações para o

estudo do conflito. Para a consecução de tal objetivo foram pesquisados dados militares, econômicos e populacionais que fornecessem uma visão abrangente acerca de quais razões levaram os estados a adotarem a guerra como estratégia de atuação internacional. Houve também a pesquisa sobre a participação de potências externas antes e durante o conflito, que até hoje despertam discussões acaloradas entre os historiadores. Por fim, como segundo objetivo geral, esse estudo visa uma maior inserção das Teorias das Relações Internacionais, no estudo e compreensão de acontecimentos históricos que são determinantes na formação do estado brasileiro.

A relevância desse estudo se dá pela transposição dos manuais teóricos formulados por visões exógenas à nossa realidade que ele suscita. Trazer o estudo das Teorias das Relações Internacionais para historiografia latino-americana é fortalecer as bases científicas ainda crescentes nos países em desenvolvimento. O entendimento das raízes históricas do sul do continente americano, através das lentes da teoria, fortifica a relação entre a identidade cultural latina e o estudo das Relações Internacionais; e a compreensão de fatos passados pode contribuir para que sejam evitados erros cometidos ao longo da história.

No primeiro capítulo serão apresentadas as premissas do Realismo Ofensivo, que será a ferramenta teórica aplicada sobre a Guerra do Paraguai. Posteriormente, no segundo capítulo, será apresentado o conflito em si. Os antecedentes, as diferentes visões historiográficas, bem como os resultados da guerra. Por fim, no terceiro capítulo será feita a junção entre teoria e história. Serão utilizados os postulados do Realismo Ofensivo para se entender qual o cenário vigente no período pré-guerra e quais os efeitos do panorama sistêmico para a deflagração do embate. Juntamente, serão apresentadas as participações internacionais no conflito, vistas segundo a visão ofensiva do realismo. Na conclusão, serão apresentados os benefícios e limitações de uma aplicação teórica sobre um evento histórico, bem como algumas deduções oriundas do estudo apresentado.

1 O ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O IMPACTO DE UMA ABORDAGEM REALISTA

A ciência das relações internacionais ainda é um campo relativamente novo. De acordo com um grande número de estudiosos dessa área do conhecimento, seu nascimento só se deu após o término da Primeira Guerra Mundial. A necessidade de um maior engajamento da sociedade nos assuntos referentes às políticas internacionais de seus estados, foi revelada pelo primeiro conflito armado que teve efeitos em escala global. Segundo E. H. Carr, o conflito de 1914-18 pôs fim a opinião de que a guerra é um assunto que afeta unicamente soldados profissionais e deu início a uma democratização social do estudo da interação entre os estados no cenário internacional.

Nascido em ambiente pós-conflito, o estudo das relações internacionais logo ganhou características de uma ciência novata e primou por elaborar modelos visionários que possibilitassem a rápida consecução de uma paz mundial. O campo entrava em um estágio marcado por desejos utópicos e abordagens generalizadas para os problemas globais, causando a construção de modelos que se diziam racionais, e que logo encontraram sua inaplicabilidade em um campo tão heterogêneo como a política internacional. A utopia dos primeiros pesquisadores era incapaz de entender os fatos relacionados às relações entre estados tão díspares. O objetivo de se estabelecer uma paz abrangente a todos os atores do cenário internacional era tarefa árdua e complicada, possível apenas com uma abordagem teórica que buscasse seus objetivos através de observação e análise detalhada de todos os fatos inerentes ao ambiente internacional.

A formação da Liga das Nações foi o maior exemplo do fracasso dessa abordagem utópica generalizada. Durante sua breve existência, a Liga pecou por ansiar uma visão igualitária entre os estados, sendo que dentro da própria instituição já se percebia tratamento diferenciado entre os países participantes. Ademais, o ambiente pós-guerra fez crescer nos países um nacionalismo exaltado e uma avidez por desenvolvimento, deixando pouco espaço para ações cooperativas abstratas fornecidas pelos racionalistas utópicos. Como afirma Carr: "O racionalismo pode criar a utopia, mas não pode torná-la real." (CARR, 1981, p. 39).

Dentro desse panorama em queurgia a necessidade de uma teoria das relações internacionais mais condizente com a realidade, ressurgia uma abordagem teórica originada, mesmo que de forma acanhada, nos estudos clássicos de Tucídides, Maquiavel e Hobbes, crescentemente chamada de Realismo. Como instrumento eficaz na transcendência dos modelos generalistas utópicos, o Realismo analisou o ambiente internacional com olhos mais atentos às nuances da realidade política. Segundo E. H. Carr, para muitos o pai da teoria Realista, o Realismo representou a evolução do raciocínio sobre o desejo, para uma nova fase de análise dos fatos bem como o estudo estéril de suas causas e consequências. Nessa nova vertente, a história segue uma sequência de causa e efeito e a prática adquire importância determinante na criação da teoria. Para os realistas a ética vigente no sistema de estados é resultado da política dos mesmos. O embate entre Idealismo e Realismo produziu discussões que repercutem até o período atual, mas não há como negar que o crescimento do Realismo como teoria das relações internacionais, minou as fundações do edifício que os ideais utópicos haviam construído e adquiriu grande importância no estudo científico da política internacional.

Essa vertente assumiu o posto de paradigma dominante e muitos teóricos passaram a utilizar os postulados realistas para entender as relações entre os principais atores internacionais, os estados. Para o Realismo, a ausência de um poder único e soberano provoca uma eterna insegurança nas relações interestatais, refletindo na busca por sobrevivência desses atores que nem sempre atuam de maneira pacífica para a obtenção de segurança no plano internacional. O Estado, como ator unitário e racional, irá sempre utilizar todos os recursos disponíveis de maneira a maximizar seu poder perante seus congêneres. Aliás, o conceito de poder é tido como chave na concepção da teoria realista possuindo diversas definições que giram em torno da ideia de soma das capacidades de um estado que o torna mais ou menos influente no sistema em relação aos demais.

Obviamente, o Realismo agrega um grande número de autores que o adotam como real paradigma para o estudo das relações internacionais. Assim, surgem novas facetas, por vezes conflitantes, dentro dessa vertente que buscam explicações empíricas satisfatórias para acontecimentos contemporâneos ou que já marcaram nossa história. No Realismo clássico de Hans Morgenthau, tido por muitos como principal referência da teoria realista, é defendida a existência de uma animosidade inerente aos estados que

buscam sempre a perpetuação de seus interesses, como se fossem verdadeiros objetivos morais universais ocasionando um sistema internacional imerso em um estado de natureza. Posteriormente, nascem novas visões dentro do mesmo paradigma, como o Neo-Realismo ou Realismo Estrutural de Kenneth Waltz, no qual os estados têm suas atitudes e estratégias determinadas pela estrutura sistêmica internacional no qual estão inseridos.

Dessa maneira, evoluindo de premissas comuns aos teóricos realistas, e com características que vão de encontro à idéia de estados coniventes com seu status quo na estrutura internacional, têm-se o Realismo Ofensivo representado na figura de John J. Mearsheimer. O Realismo Ofensivo, que é marco teórico deste estudo, terá seus pilares principais, suas considerações acerca de cooperação internacional dentre outros fatores importantes desta teoria, abordadas nas seções seguintes, não havendo a intenção de postulá-lo como melhor do que as demais teorias, mas sim buscando suas qualidades e limitações para o entendimento de todo o panorama que envolveu o conflito estudado; a Guerra do Paraguai.

1.1 REALISMO OFENSIVO

Assim como o Realismo Clássico e o Neo-Realismo, o Realismo Ofensivo possui suas bases fundamentadas por premissas básicas, similares a todos os teóricos do Realismo. Entretanto, essa vertente, relativamente nova, trás ousadas inovações a abordagem realista das Relações Internacionais, visando à dinamização da teoria e a aproximação da mesma com a realidade de acontecimentos históricos e contemporâneos.

Para o Realismo Ofensivo os estados estão sempre voltados para a maximização de poder sobre os demais atores no sistema e possuem como objetivo maior a obtenção de uma posição de hegemonia perante os outros. Essa atitude agressiva se deve pela estrutura sistêmica anárquica, ou seja, a adoção de uma postura de maximização de poder, nada mais é do que uma tentativa dos estados em aumentar seus níveis de segurança e inibir as intenções conflituosas que seus concorrentes possam adotar.

Segundo o principal teórico do Realismo Ofensivo, John J. Mearsheimer, esta disputa incessante por poder entre os estados tem sua explicação baseada em cinco características inerentes ao sistema internacional. Cada característica por si só não é capaz de causar a instabilidade sistêmica defendida pelo Realismo Ofensivo, porém, quando consideradas conjuntamente esclarecem porque o conflito entre os estados é eternamente iminente.

A primeira característica é o fato de que o sistema internacional é um ambiente anárquico. Essa característica é determinante em um panorama de luta por poder e insegurança, ou seja, a falta de um governo mundial que tenha autonomia para coibir e sancionar os estados que ajam de maneira a prejudicar as relações pacíficas entre os países, tem grande influência nas estratégias de atuação externa dos estados. Entretanto, o ambiente anárquico do sistema internacional não é o causador de conflitos entre os atores, este fator nada mais é que um princípio ordenador do sistema internacional, que por reunir em seu cenário atores soberanos sem um governo central propicia uma competitividade desregrada entre os países.

A segunda característica é que os estados inevitavelmente possuem alguma capacidade militar ofensiva. Afinal, um estado pode passar anos sem utilizar seu poderio militar, mas não pode ficar um segundo sem estar preparado para uma ação ofensiva externa. Portanto, essa capacidade militar ofensiva de cada estado, definida pelo tamanho do poderio militar e do número de tropas disponíveis, é mais um fator intensificador da insegurança do sistema internacional, pois confere os estados os recursos necessários para um possível embate, caso sinta sua soberania ameaçada.

A terceira característica é a incerteza que os estados possuem com relação às intenções dos demais estados. No sistema internacional os atores nunca podem afirmar com segurança, quais serão as próximas ações e muito menos quais as intenções que os outros atores possuem. Se em determinada época um estado demonstra certa inclinação para uma estratégia pacífica, em seguida pode adotar novos objetivos que conseqüentemente o levarão a empregar todos seus recursos ofensivos, mesmo que seja necessário o engajamento em um conflito armado. Afinal, como diz Mearsheimer:

"There are many possible causes of aggression, and no state can be sure that another state is not motivated by one of them." (MEARSHEIMER, 2003, p.31).

A quarta característica é que os estados têm a sobrevivência como seu objetivo primordial. Assim, na busca por sua sobrevivência no sistema, o estado prima por sua integridade territorial e principalmente por sua soberania, que lhe garante a autonomia necessária para agir internacionalmente. Existir, antes de tudo, confere a um estado a condição de ator internacional, podendo assim adotar estratégias para maximização de poder e visionar uma melhor posição no cenário internacional.

Finalmente, a quinta característica afirma que os estados são atores racionais. Diferentemente do que era defendido por Morgenthau em seu Realismo Clássico, para o Realismo Ofensivo o estado não é um ator possuidor de uma animosidade inerente, que luta pela sobrevivência através de violência desmedida e impensada. O estado é extremamente cuidadoso na adoção de suas estratégias e dedica grande atenção para as ações dos demais. Ademais, para o Realismo Ofensivo, os estados calculam com muita cautela todas as ações a serem tomadas no panorama internacional; as atitudes agressivas são sempre planejadas e os estados só ingressam em contendas nas quais tem certeza que os ganhos serão maiores que os custos.

Assim, descritos as cinco premissas causadoras da instabilidade nas relações entre os estados no cenário internacional, segundo o Realismo Ofensivo, percebe-se o porquê da adoção de estratégias cautelosas e de maximização de poder por parte dos estados.

Mas o que é poder para os teóricos do Realismo Ofensivo? Quais fatores determinam a quantidade de poder de um estado? O que faz de um estado uma hegemonia?

Questões como essas e temas referentes à operacionalização de poder nas relações internacionais, serão discutidos no tópico seguinte.

1.2 OPERACIONALIZAÇÃO DO PODER

O conceito de poder é, sem a menor dúvida, um dos pilares norteadores para o paradigma realista. Logicamente, existem divergências quanto às formas de luta pelo poder entre os estados dentro da Teoria Realista. Se para alguns teóricos, como os defensores do Realismo clássico, os estados se digladiam de maneira desmedida em um eterno estado de natureza, para outros estudiosos da vertente, como os do Realismo estrutural, a luta por poder é regida pela estrutura sistêmica que pode inibir e até mesmo incitar a busca por poder no sistema internacional.

Para o Realismo Ofensivo a estrutura possui uma influência de extrema importância na balança de poder entre os estados, ao passo que afirma ser a anarquia entre os atores dessa estrutura a grande causadora da busca por uma posição de domínio perante as demais nações. Entretanto, para o melhor entendimento dessa incessante busca por ganhos de poder no cenário internacional, há de se entender o que é poder, como calculá-lo e como é a sua operacionalização no cenário internacional, ou seja, como os estados podem utilizá-lo para adquirirem melhores posições na estrutura sistêmica e consequentemente inibirem intenções hostis de outras nações.

A quantidade de poder de um estado, em seu nível mais básico, é dada pela quantidade de ativos específicos e recursos materiais que ele possui em seu território, que possibilitam maior ou menor influência desse estado internacionalmente. Porém, existe uma diferenciação feita por John Mearsheimer¹ que divide o poder de um determinado estado em dois tipos: o primeiro é o poder potencial determinado pelo tamanho da população e por seu poderio econômico medido pelo PIB; o segundo é o poder atual, que é baseado nas forças militares de um país levando-se em conta o exército, a quantidade de tropas e as forças aérea e naval.

No poder potencial estão as bases materiais para que um estado possa aumentar seu nível de poder e, por conseguinte, almejar uma melhor posição internacional. Portanto, fatores como população, economia e desenvolvimento científico e

¹ A diferenciação entre poder potencial e poder atual é feita por Mearsheimer, no capítulo 3 de sua obra *The Tragedy of Great Power Politics*.

tecnológico, nem sempre considerados ao se mensurar o grau de poder e consequentemente o nível de influência de um país no sistema internacional, contribuem de maneira crucial para que um país possa elevar suas capacidades militares que são as garantias que irão assegurar a soberania e a integridade territorial da nação. Dessa maneira, ter uma grande população significa a possibilidade da formação de um exército numeroso e o desenvolvimento tecnológico dá ao país a capacidade de desenvolver armamentos mais potentes que seus possíveis rivais. Por fim, tem-se na economia a grande fonte para que um país possa lograr a obtenção de maiores níveis de poder, além de possibilitar a influência sobre mercados conferindo ao estado um poderoso trunfo caso haja a necessidade de enfraquecimento econômico e imposição de embargos comerciais a seus concorrentes. A formação de um poderio militar imponente é extremamente dispendiosa e exige investimentos que demandam do estado uma economia forte e um Produto Interno Bruto (PIB) grandioso. De forma resumida, pode-se dizer que o poder potencial seria a matéria prima na construção do poder militar.

No poder atual são considerados fatores relacionados à capacidade militar de um estado e que lhe conferem o poder de defesa e ataque em caso de um confronto bélico. Nessa divisão, o que proporciona a diferenciação positiva de um estado perante os demais é a eficiência na transformação da inércia do poder potencial na cinética do poder atual, ou seja, quanto melhor for o emprego dos recursos tangíveis e intangíveis na construção do poder militar de um estado, mais temido será esse país no cenário internacional. Itens como número de soldados, quantidade de armamentos e principalmente se um estado é possuidor da tecnologia para obtenção de armas nucleares são determinantes para se calcular a quantidade de poder e consequentemente qual é a influência que esse estado perpetua na balança de poder do sistema internacional. Dessa maneira, o tanto de poder que um país possui é fator relevante para o planejamento estratégico que qualquer outro país do sistema. Quanto mais poderoso for determinado estado, maior será o receio de outro ator em atacá-lo. O Paraguai, por exemplo, durante o governo de Carlos López, teve grande cautela ao direcionar suas estratégias para o ataque ao Império brasileiro, pois tinha ciência que mesmo com pouca tradição em conflito armado, o Brasil com grande território, população e força econômica, seria um adversário de considerável imponente.

Adjacente a divisão feita sobre os tipos de poder dentro de um estado que o ajudam a figurar como ator internacional, existe também uma diferenciação bastante comum em vários estudos da teoria realista com relação aos ganhos que os estados buscam no sistema, diferenciando os referidos ganhos de poder em ganhos absolutos e ganhos relativos. Essa diferenciação remete a quantidade de poder adquirida por um país em uma negociação, na formação de uma aliança ou até mesmo na participação em um embate, direta ou indiretamente relacionados aos ganhos dos demais atores participantes da ação. No poder absoluto, os ganhos buscados por um estado são independentes dos ganhos dos demais, ou seja, o objetivo na busca por poder absoluto não é marcado pela preocupação acerca da posição na balança de poder internacional, e sim guiado pela obtenção de qualquer ganho, independente se os outros estados na ação ganharam quantidades maiores ou menores de poder. Por outro lado, o poder relativo é intimamente ligado à questão de maximização das capacidades de um estado e a preocupação com o equilíbrio de poder da estrutura internacional. O ganho de poder relativo será o objetivo norteador dos estados no mundo descrito pelo Realismo Ofensivo, pois cercados por intenções obscuras e incertas, as nações buscam aumentar seu poder à custa de seus possíveis rivais, ou seja, nos ganhos relativos há sempre a preocupação de ganhar mais que os demais como única forma de manter-se em posições mais seguras e favoráveis na balança de poder.

Assim, a maximização de poder de uma nação através do desenvolvimento de suas capacidades tem como intuito o aumento do peso de sua influência na balança de poder do sistema internacional. Entretanto, para o Realismo Ofensivo, é improvável a obtenção de um cálculo que determine uma quantidade de poder a ser alcançada, que possa garantir ao estado um nível de segurança ideal (exceto a posição de potência hegemônica). Para os teóricos dessa vertente, o sistema internacional é regido por um jogo de soma zero, onde os ganhos de um ator invariavelmente ocasionam em perdas para os demais atores, impondo aos estados uma postura estratégica norteadora pela incessante busca por níveis de poder sempre maiores como única forma de inibir possíveis atitudes hostis por parte de outras nações. Essa constante instabilidade no sistema internacional pode ser explicada pelo dilema de segurança, primeiramente

introduzido por John Herz², que explica em grande parte a postura ofensiva adotada pelos estados, uma vez que, afirma ser impossível que um determinado estado consiga ganhos de poder sem que os demais se sintam ameaçados.

Obviamente, a hierarquização dos atores internacionais na balança de poder pode restringir determinadas atitudes de um país com relação a seus congêneres. Mesmo em um ambiente internacional anárquico marcado pela ausência de um governo central, que seja capaz de policiar e sancionar as atitudes dos demais existem razões e consequências bastante convincentes que tornam inviável que um país tome atitudes hostis com relação a outro estado possuidor de maior poderio militar. Como já ressaltado anteriormente, diferentemente do estado irracional do Realismo Político de Morgenthau, o Realismo Ofensivo descreve o Estado como ator racional e extremamente calculista na adoção de estratégias de atuação internacional. Nesse sentido, todos os atores do sistema internacional adotam estratégias na obtenção de ganhos de poder que possuam possibilidades de ganhos maiores que as chances de perdas. Para os estados, principalmente para os de menor expressão, existe a necessidade de cautela ao avaliar qual será a dimensão do impacto de determinada estratégia e se tal postura irá confrontar com interesses dos estados mais poderosos, ocasionando possivelmente um conflito com o qual não poderá arcar. Logo, a postura ofensiva dos estados nas relações internacionais é necessária como meio de sobrevivência e manutenção da soberania, porém, os estados quando possuem interesses divergentes mensuram quais os ganhos que podem ser obtidos através de um conflito e também qual prejuízo poderá recair sobre sua nação, prevalecendo majoritariamente, a opção mais promissora, afinal, cada país possui capacidades que lhe conferem uma quantidade de poder e saber usá-las de modo eficaz e na ocasião certa é o que irá diferenciá-lo positivamente no cenário internacional.

Assim, passados alguns conceitos acerca de poder, sob a visão do Realismo Ofensivo, faz-se necessário a explanação sobre quais objetivos específicos perseguidos pelos estados podem conduzi-los a ganhos de poder relativo perante os demais. No tópico seguinte serão abordados fatores relacionados à maximização de poder de um

² HERZ, John H. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. *In World Politics* 2, No. 2, p. 157-180, jan 1950. *apud* MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Great Power Politics*. Chicago, University of Chicago, 2003. p. 36.

estado e conseqüentemente, determinantes para a melhora de suas capacidades e de sua influência na estrutura internacional.

1.3 OBJETIVOS ESTATAIS

Todos os estados, segundo o mundo descrito pelo Realismo Ofensivo, fazem de sua existência uma eterna busca por sobrevivência e segurança. Entretanto, de acordo com os teóricos da vertente, existe uma enorme dificuldade quanto à tentativa de se mensurar qual nível de poder é suficiente para um estado se considerar seguro e livre de ameaças ao seu território e, logo, a sua soberania. Assim, a incessante maximização de poder configura-se como única maneira de atingir níveis de segurança satisfatórios, uma vez que, os estados estão imersos em um panorama internacional anárquico e cheio de incertezas acerca das intenções dos demais. Dessa maneira, como forma de simplificar o entendimento do processo de maximização de poder, os realistas ofensivos propõem a subdivisão desse processo em quatro objetivos específicos que englobam as esferas política, econômica e militar agindo como catalisadores no processo de aumento de poder de um estado.

Primeiramente, e imensamente importante para o estudo do Realismo Ofensivo, vem a idéia de que todo o estado possui em seu âmago, como objetivo final, a obtenção de uma posição de potência hegemônica do sistema internacional. O status de *hegemon* confere ao estado inúmeros benefícios perante os demais países integrantes da estrutura, possibilitando ao mesmo a garantia de sua segurança, uma vez que o *hegemon*, ao tornar-se imensamente mais poderoso econômica e militarmente que seus rivais na balança de poder, domina o sistema, além de tornar muito dispendiosas quaisquer estratégias agressivas que possam ser tomadas por outros países.

Entretanto, alcançar a posição de potência hegemônica exige dos estados determinados requisitos que para o próprio Realismo Ofensivo são extremamente improváveis de serem atingidos. Isso se deve principalmente a um grande obstáculo encontrado pela expansão de qualquer estado que é a transposição dos oceanos. Todo país que almeje obter a posição de hegemonia global deve, obviamente, dominar

primeiramente a balança de poder em sua região tornando-se assim uma potência hegemônica regional. Porém, para que seja dado o passo seguinte que é o domínio do sistema como um todo, uma potência regional deve, além de possuir imensa influência sobre mercados em diferentes pontos do globo, conquistar territórios distantes de sua localidade o que requer um trabalho extremamente elaborado de transporte aquático de tropas, comprometendo grandemente o contingente de soldados em combate, além de primar pelo fator surpresa, que certamente não se configura em uma tarefa simples em tempos com intensos fluxos de informação. De acordo com John Mearsheimer (2003, p.41), nunca a humanidade presenciou uma potência global em toda a sua história e vai além, ao escrever que em tempos dominados pela evolução tecnológica e por armamentos nucleares é pouco provável que uma potência atinja uma posição de hegemonia global sem que os estados rivais ameacem sua integridade com ataques nucleares iminentes. Por fim, um país possuidor de capacidade para atingir a posição de potência, regional ou global, desperta nos demais estados o desconforto pela ameaça da provável perda de poder e incita os mesmos a adotarem estratégias agressivas que terão como intuito evitar que o sistema torne-se unipolar e restabelecer o equilíbrio de poder através de ganhos relativos em seu favor. O panorama vigente no período que antecedeu a Guerra do Paraguai perfaz um exemplo dessa luta pela manutenção do equilíbrio de poder, quando o Paraguai temeu que o Brasil perpetuasse sua posição de potência regional³ e, por sua vez, adotou estratégias que pudessem conter o crescimento do Império Brasileiro e impedir que o mesmo dominasse a balança de poder na América Latina.

Logo, chegar ao posto de potência global é uma tarefa árdua e exigente para qualquer estado. Entretanto, os estados já detentores da condição de potências regionais podem influenciar internacionalmente em pontos diferentes nos mais diversos continentes. Esse tipo de atuação, de acordo com John Mearsheimer, pode ser engajada nas mais variadas esferas, variando desde influências políticas até boicotes econômicos com o intuito de impedir que outros países assumam a posição de potência regional em outros continentes pondo em risco seu objetivo de alcançar o posto de potência hegemônica global. Esse tipo de atuação qualifica essas potências regionais como

³ CERVO, Amado; BUENO Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: UnB, 2002. p.109

*Offshore Ballancers*⁴ (Equilibradores Extracontinentais), atuando de maneira a restabelecer o panorama de multipolaridade em regiões que presenciem o crescimento de uma possível potência regional.

Em segundo, pode-se listar como um dos objetivos buscados pelos estados em sua maximização de poder, o aumento de seu poderio econômico. Como ressaltado anteriormente, os estados procuram maximizar suas riquezas com o intuito de consequentemente aumentar sua capacidade bélica. Dessa maneira, quanto mais poderoso economicamente for um estado maior será a capacidade de transformação de poder potencial em poder atual, possibilitando que tal estado atinja ganhos de poder internacional cada vez maiores. Uma economia dinâmica e garantida por um grande PIB favorece ao país uma grande participação em mercados internacionais, logo, seu poder de intervenção estratégica em casos que o crescimento de um país em uma região distante possa representar uma ameaça à sua segurança, será determinante. Portanto, a esfera econômica possui um importante papel na busca por poder no cenário internacional, em decorrência deste fato, a luta pelo domínio de fontes de matéria prima já motivou conflitos nos mais variados locais e épocas diferentes, como na guerra do golfo e na invasão americana ao Iraque em 2003.

Adicionalmente, o poder econômico também contribui para manter o panorama de insegurança que impera no sistema internacional, de acordo com o Realismo Ofensivo. Igualmente ao que ocorre com a desconfiança dos demais estados ao verem um determinado país aumentar sua capacidade militar, o aumento do poderio econômico causa incertezas no cenário internacional acerca da quantidade de ativos econômicos desse estado que serão investidos na área militar. Mesmo que um país não possua intenções de investir grandes montantes na aquisição de novos armamentos, o simples fato do mesmo expandir-se economicamente pode representar uma futura ameaça para outras nações e consequentemente incentivá-las a buscar novos ganhos de poder como forma de aumentar sua segurança.

Como terceiro objetivo perseguido rumo à maximização de poder tem-se o fortalecimento do exército ou poder terrestre. Tão importante para afirmação de poder

⁴ MEARSHEIMER, John J. *op.cit.* p. 42

ao longo de séculos, a potência do exército para manutenção da soberania de um estado continua sendo fator fundamental mesmo em uma época dominado pela tecnologia nuclear. Durante muito tempo discutiu-se sobre qual dos três poderes militares (poder terrestre, poder naval e poder aéreo) poderia garantir ao estado maiores ganhos relativos e segurança internacional. Entretanto, para John Mearsheimer não há equívoco em se afirmar que os poderes aéreo e naval são apenas hastes que suportam o verdadeiro fator diferencial quando o tema de enfoque é poder militar, ou seja, o poder terrestre. Existem por toda a história diversos conflitos armados entre dois ou mais atores internacionais que sustentam essa afirmação, como pode ser confirmado por guerras como a da Criméia, a Austro-Prussiana, a Russo-Japonesa, dentre outras, que tiveram seu encerramento definido no campo de batalha entre exércitos.⁵ Aliadas ao poder aéreo e naval as forças terrestres garantem ao estado a manutenção de sua soberania, altos níveis de segurança e em um ambiente anárquico sem governo centralizado, o poder terrestre tem uma enorme capacidade de coerção em relação a outros países, além de, em casos de guerra, ser uma ferramenta de conquista efetiva de territórios, uma vez que os demais poderes militares possuem apenas a capacidade de enfraquecimento de um estado rival. Portanto, todos os estados, indubitavelmente, adotam como meta a conversão de parte de seus ativos econômicos em ativos militares, principalmente no fortalecimento do exército. Obviamente, a capacidade de investimentos difere entre os estados. Se por um lado potências como os EUA investem quantias astronômicas adquirindo status de potência regional no continente americano e capaz de perpetuar intervenções estratégicas nos mais diferenciados pontos do globo, por outro lado, a grande maioria dos atores do sistema internacional faz de seus investimentos militares, pequenos lampejos que lhes garantem ao menos a manutenção de sua soberania.

Finalmente, como quarto objetivo de cunho maximizador do poder de um estado vem a obtenção de tecnologia nuclear. Ter a capacidade para construção de armas nucleares confere a qualquer nação uma posição privilegiada dentro do sistema internacional. Entretanto, mesmo inserido em um panorama com presença constante de armas nucleares com alto poder de destruição, o sistema valoriza primordialmente estados que possuam maior poder militar terrestre. Isso se deve ao fato de que o cenário internacional encontra-se em uma situação de Destruição Mútua Assegurada (do inglês

⁵ MEARSHEIMER, *op. cit.*, p. 113

MAD - *Mutual Assured Destruction*)⁶, garantidora da grande improbabilidade de algum estado utilizar seus armamentos nucleares, sob pena de poder sofrer com uma retaliação igualmente devastadora. Nesse panorama de MAD, que rege a estrutura internacional atualmente, tem-se como única forma de um determinado estado se sobressair perante os demais e se tornar uma potência global, a obtenção de uma superioridade que garanta ao mesmo a capacidade de anular qualquer ataque nuclear que possa ameaçá-lo, ou seja, o candidato a *hegemon* deve ser superior o bastante ao ponto de ser invulnerável a ogivas inimigas. Todavia, nenhuma potência foi capaz de adquirir tamanha superioridade e eficiência, restando aos aspirantes à potência à maximização de seus exércitos e investimentos em novas tecnologias que possam minar os armamentos de estados rivais fortalecendo seu poder de defesa. Dessa forma, o fator tecnologia nuclear pode ser de grande ajuda na busca de um país por maiores ganhos de poder, porém, somente aliado aos três fatores listados anteriormente poderá trazer benefícios efetivos para que um estado aumente sua participação internacional.

Em resumo, estes quatro objetivos específicos perseguidos pelos estados podem contribuir grandemente para maximização de poder na balança de poder internacional. Ademais, quando aliados a adoção de estratégias de atuação internacional que possam garantir ganhos de poder relativo perante as mais variadas situações do sistema, como negociações, divergência de interesses e até mesmo em conflitos armados, fornecem ao país possibilidades de fortalecimento internacional. Na próxima seção serão estudadas quais são essas estratégias e qual é sua importância na maximização de poder de um estado na balança de poder.

Obviamente, retirando-se o objetivo relacionado à tecnologia nuclear, todos os objetivos listados acima, foram buscados pelos países da região platina no período que antecedeu a Guerra do Paraguai. Em um panorama caracterizado pela soberania regional brasileira, o Paraguai procurou minar o poder do Império através do crescimento econômico e militar. Ciente do crescimento paraguaio, os demais estados daquele sistema, buscaram potencializar suas economias e seus exércitos como forma de manter os níveis de segurança assegurados. Entretanto, sob essas condições, tornava-se inevitável um confronto entre os estados do sistema platino, afinal, eles lutavam por

⁶ *Ibidem*, p. 146

poder em um jogo de soma zero. A Guerra do Paraguai representou o choque de interesses muitas vezes focados em questões limítrofes, mas que inevitavelmente camuflavam a incessante busca por poder dos estados latinos.

1.4 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO INTERNACIONAL

Como já ressaltado anteriormente, de acordo com a vertente ofensiva do Realismo, os estados vêm na constante maximização de poder a única forma de sobrevivência e manutenção de sua soberania. Dessa maneira, os países buscam adotar estratégias de atuação internacional que possam garantir ganhos de poder relativo em relação aos demais e, por conseguinte, alterar a balança de poder em seu favor. Essas estratégias abrangem uma gama diversa de fatores e situações que podem variar desde uma troca de ameaças entre dois estados rivais, até o recurso ao conflito armado em situações nas quais os estados vêm sua segurança seriamente ameaçada.

As estratégias de atuação internacional, além de possuírem uma função de obtenção de poder para um determinado estado, podem também contribuir de maneira definitiva na contenção do crescimento de uma outra nação, que possa causar desequilíbrios na balança de poder e consequentemente representar uma ameaça ao sistema. Assim, as estratégias podem variar em sua forma de execução e em seus objetivos iniciais, entretanto, ao final, todas têm como objetivos maiores a manutenção da segurança do país e a maximização de poder no sistema.

Existem diversas formas de atuação internacional utilizadas pelos estados, todas possuidoras de um importante papel na consecução dos objetivos de âmbito global. De acordo com John Mearsheimer (2003,p.147), principal teórico do Realismo Ofensivo, a guerra vem a ser a principal estratégia para ganhos de poder relativo no cenário internacional. Ademais, segundo o próprio Mearsheimer, podem ser enumeradas outras sete estratégias de atuação, sendo que duas dessas, juntamente a guerra, possuem maior incidência nas relações internacionais e consequentemente são utilizadas com maior frequência pelos países, são elas o *Balancing* (Equilíbrio) e o *Buck-Passing* (Passar o fardo).

A guerra, certamente, é uma das estratégias mais conhecidas e utilizadas nas relações internacionais já desde a época de Tucídides quando retratou a Guerra do Peloponeso.⁷ E não com menor intensidade, esse artifício sempre foi questionado por envolver invariavelmente em seu decorrer, mortes e destruição. Todavia, não cabe a este estudo qualificar positiva ou negativamente as consequências de um conflito armado, mas sim descrever os pontos considerados pelo Realismo Ofensivo que colocam a Guerra como prática válida na busca por poder. Portanto, segundo o Realismo Ofensivo, a guerra desde que seja adotada de maneira cautelosa, mensurando todas as possibilidades de perdas e ganhos, ou seja, avaliando-se se uma invasão militar poderá efetivamente garantir ganhos superiores aos gastos empreendidos, pode ser um instrumento favorável nos planejamentos de um estado que vislumbra maiores níveis de poder.

Os argumentos contrários à utilização do conflito armado como maneira de atuação possuem origens em diversas correntes questionadoras das premissas do Realismo Ofensivo. As críticas possuem os mais variados fundamentos e vão desde a afirmação de que países invasores possuem grandes chances de fracasso até opiniões de cunho econômico, que alegam que os ganhos provenientes de uma guerra nunca pagariam os gastos empreendidos no conflito. No entanto, de maneira a refutar opiniões de teóricos que postulam a guerra como instrumento inadequado aos estados que procuram uma melhor posição na balança de poder, podem ser ressaltados três pontos, que de acordo com o Realismo Ofensivo colocam o recurso ao conflito bélico como estratégia palpável e importante caso determinado país veja sua soberania ameaçada.

Primeiramente, a vitória em uma guerra pode conferir ao estado vencedor a conquista de território e conseqüentemente de insumos localizados no mesmo, como matéria-prima, mão de obra e armamentos significando grandes dividendos e ganho de poder relativo no cenário internacional. Em segundo, a nação triunfante no conflito pode explorar a economia do país derrotado, através da extração de divisas, cobrança de impostos e utilização das indústrias do país a seu favor. Por fim, o país vencedor de uma guerra reduz de maneira significativa a participação do país derrotado na balança de

⁷ TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

poder, ou seja, o estado vencedor aumenta seus níveis de poder e consequentemente livra-se da ameaça que o rival derrotado representava à sua segurança. Portanto, verifica-se que segundo a vertente ofensiva do Realismo, há um diverso leque de situações e razões que podem tornar a adoção do conflito armado como tática possível na maximização de poder de um estado. Obviamente, essa prática dificilmente é adotada como estratégia dominante, pois, como ressaltado anteriormente, a entrada em um conflito bélico se dá através de verificações de riscos e só pode ser concretizada uma vez que a certeza de que os ganhos serão maiores que as perdas é assegurada, afinal, mesmo que anarquia sistêmica seja constante, existem outros fatores que serão abordados na seção seguinte e que podem tornar a guerra mais ou menos provável em cada momento de nossa história.

No cenário internacional, de acordo com o Realismo Ofensivo, a constante luta por poder dita que os estados aumentem seus ganhos de poder relativo como forma de assegurar sua sobrevivência. Dessa maneira, além de ações que incrementem os ganhos de um estado diretamente, como a guerra, existem também estratégias que de modo indireto auxiliam um determinado estado a impedir que países rivais possam atingir níveis de poder ameaçadores ao equilíbrio de poder vigente no sistema. Logo, deter o uma nação com crescentes ganhos de poder, pode livrar o sistema de um futuro próximo assolado por uma nação com grandes capacidades ofensivas e com intenções desconhecidas e possivelmente hostis aos demais atores no sistema.

A primeira estratégia a ser considerada quando um estado deseja impedir a perigosa ascensão de uma outra nação é o *Balancing*. Esse artifício consiste na aliança de dois ou mais países com o intuito de parar o estado crescente que representa uma séria ameaça ao equilíbrio de poder no sistema. Obviamente, a cooperação entre estados no panorama anárquico e comandado pela incerteza que rege as relações internacionais defendido pelo Realismo Ofensivo, é tida como opção pelos países apenas quando servir como ferramenta na consecução de seus interesses e quando certamente possa trazer ganhos relativos. Nesse sentido, o *Balancing* age como alternativa aos países que sozinhos não possuem capacidade militar suficiente para enfrentar a nação crescente ou como opção mais viável economicamente, uma vez que um confronto direto seria extremamente oneroso para que apenas um estado arcasse com toda a ação. Em resumo, essa forma de atuação internacional, surge como uma resposta do sistema a um

desequilíbrio na balança de poder, despertando nos estados que se vêem ameaçados, a tendência a uma cooperação temporária e ambição por possíveis ganhos relativos. Assim, o *Balancing* tem uma grande incidência em um grande número de conflitos ao longo da história das relações internacionais em guerras como a do Paraguai, onde Brasil, Argentina e Uruguai formaram uma aliança de modo a deter a ambiciosa caminhada Paraguaia que vislumbrava o domínio de toda a América Latina.

Como segundo exemplo de instrumento utilizado pelos estados no intuito de manter sua posição no sistema e evitar que um determinado rival possa chegar ao posto de potência, é conhecido como *Buck-Passing*. Por vezes, um estado se vê em meio ao dilema entre saber da necessidade de se deter um país com níveis de poder crescentes e os custos que deverão ser empreendidos caso a opção pelo enfrentamento direto seja tomada. Assim, a ferramenta do *Buck-Passing* possibilita que um estado passe o fardo de deter a ameaça crescente a um outro país do sistema, evitando os grandes custos de um conflito e impedindo a ascensão de uma potência hegemônica. Entretanto, essa tática deve ser planejada com extrema cautela, uma vez que o país encarregado da tarefa ingrata de impedir a ameaça crescente pode obter êxito e conseqüentemente se tornar uma nova ameaça emergente no sistema. Logo, além de conseguir motivos que coloquem os interesses dos dois países digladiadores em choque, o estado usuário do *Buck-Passing* deve possuir boas relações com o país cobaia, ou seja, aquele que assumirá a tarefa mais arriscada representada pelo confronto direto, como forma de que esta tática seja bem sucedida, pois mostrará ao estado supostamente enganado, interesses similares contrários ao estado crescente, não deixando nenhum resquício que comprove a utilização do *Buck-Passing*. Em resumo, salvo por dificuldades em sua mecanização que podem colocar em risco o país usuário, essa estratégia pode render ganhos consideráveis proporcionados por um processo trabalhoso, porém pouco oneroso. Ao longo da história, o *Buck-Passing* já foi levado a cabo por diversas vezes, como na Segunda Guerra Mundial quando os EUA deixaram os países aliados arcarem com os custos do confronto direto com os países do eixo, e adentrou na Guerra em 1941 só levando suas tropas em 1944 para França, de forma a colher os louros da vitória sem maiores sofrimentos.⁸

⁸ Mearsheimer, *op. cit.* p. 160

Mesmo sendo essas três estratégias mencionadas acima, as mais utilizadas pelos estados no plano internacional, John Mearsheimer apresenta em sua obra outras cinco estratégias que apesar de não serem tão funcionais aos estados quanto a guerra, o *Balancing* e o *Buck-Passing*, possuem considerável importância ao se estudar a atuação dos atores no cenário internacional. Existem táticas baseadas na ameaça do uso da força, como *Blackmail* (Chantagem), que inibe o estado ameaçado e não possui custos ao país ameaçador, utilizado com maior frequência por um estado dotado de um nível de poder maior que o rival intimidado. Também há estratégias como o *Bloodletting* (Derramamento de Sangue), na qual um estado abstém-se de um conflito entre dois países esperando que os mesmos se enfraqueçam e ele possa obter ganhos na balança de poder, ou até mesmo casos marcados pelo *Bait and Bleed* (Tirar proveito da isca), em que duas nações entram em guerra devido a planos arquitetados por um terceiro estado que vê neste conflito chances de enfraquecimento dos dois rivais que podem representar ameaças futuras.

Por fim, há duas estratégias menos utilizadas que se aplicam a países menos poderosos e que se vêem na iminência de sofrer o ataque de um estado mais bem capacitado. No *Bandwagoning*, o estado ameaçado, ciente de sua inferioridade, se submete aos interesses do estado agressor, como forma de não sofrer ataques militares, e quem sabe futuramente voltar a lutar por ganhos de poder internacional. Ademais, alguns estados em situações nas quais se encontram na mira de um país agressor, ao optar pela estratégia conhecida como *Appeasement* (Apaziguamento), concedem poder ao mesmo tencionado uma melhora na relação entre os dois e com vistas a remover dos planos da nação atacante uma ofensiva sobre o estado menos expressivo.

Portanto, estas são as estratégias auxiliadoras na maximização de poder buscada pelos estados soberanos. Todas elas intrinsecamente relacionadas com o conflito armado entre nações ou com a iminência do mesmo nas relações internacionais, regidas pela luta por poder. Porém há de se compreender em quais situações o embate bélico entre duas ou mais nações se torna mais provável no sistema internacional. Na próxima seção serão estudadas as causas da estrutura internacional que contribuem para que o conflito de interesses entre as nações configure-se em uma guerra reestruturadora da balança de poder e torna algumas épocas mais marcadas por conflitos do que outras.

1.5 CAUSAS ESTRUTURAIS DA GUERRA

O fato do sistema internacional não possuir um organismo supranacional que ordene as relações entre os estados e acabe com o panorama anárquico vigente, pode levar a conclusão, aparentemente óbvia, de que a grande causa das guerras entre os atores internacionais é a falta de um governo internacional centralizado. Entretanto, apesar de o ambiente anárquico coagir os estados a adotarem uma postura de maximização de poder, a história nos mostra que a relação anárquica entre os estados é um fator constante, enquanto a guerra possui incidência incerta.

O Realismo Ofensivo, por possuir suas bases calcadas sob uma visão estrutural das relações internacionais, oferece uma abordagem focada nas mudanças estruturais do sistema que podem transformar a busca por segurança em um conflito entre estados. Certamente, existem diversos outros fatores, inerentes ao sistema, que podem contribuir para o desencadeamento de um conflito como diferenças culturais, contendas econômicas, ideologias políticas discrepantes e até mesmo a natureza humana é posta como fator influente na origem de uma guerra. Entretanto, a visão realista ofensiva ao estudar as ações dos estados como respostas instintivas à imposições do sistema, adota uma postura mais abrangente, entendendo que os fatores pontuais, até mesmo os de grandes proporções, invariavelmente possuem causas provocadas pela estrutura internacional dos estados. Segundo a vertente realista, a pedra de toque para o acontecimento de uma guerra refere-se ao número de atores do sistema e como a distribuição de poder entre eles está arranjada.

Quanto ao seu arranjo estrutural, um sistema pode ser bipolar, dotado de dois estados consideravelmente mais poderosos que os demais, ou pode ter caráter multipolar, quando três ou mais atores possuem relevância nas relações sistêmicas. Entretanto, John Mearsheimer (2003, p.338) faz uma diferenciação relacionada à distribuição de poder nestes modelos sistêmicos que ajuda no entendimento de conflitos ao longo da história e contribui para se determinar qual partilha de poder entre os estados é mais propensa à guerra. A diferença consiste na idéia de que sistemas

bipolares tendem a ser menos inclinados a existência de conflitos do que sistemas onde a balança de poder possui mais que dois atores principais.

Em sistemas bipolares, dois atores possuem fatias de poder visivelmente maiores que outras nações no sistema, favorecendo um desnivelamento da balança de poder bastante inibidor de ações agressivas por parte das nações de menor porte com relação às potências. Neste panorama sistêmico, um conflito entre as duas principais forças também assume característica bastante improvável, pois traria níveis de destruição arrasadores e custos econômicos astronômicos, que não justificariam os ganhos de poder adquiridos. Por outro lado, em sistemas multipolares o número de atores capazes de interferirem no sistema é maior, contribuindo para maiores oportunidades de guerra, grandes chances de desequilíbrios repentinos na balança de poder e também para a incerteza acerca das reais capacidades e intenções dos estados no sistema.

Ademais, Mearsheimer difere os sistemas multilaterais em equilibrados, quando existe uma distribuição de poder equilibrada entre os estados, ou seja, não existe nenhum país com sérias aspirações hegemônicas, e desequilibrados quando a balança de poder do sistema presencia um estado dentre os demais com níveis de poder crescentes e ambições possivelmente desestabilizadoras do equilíbrio vigente no sistema. Nessa diferenciação mostrada pelo Realismo Ofensivo, a faceta desequilibrada do sistema multilateral possui um caráter mais propenso ao conflito armado entre as nações, do que uma estrutura internacional multilateral marcada pelo equilíbrio entre os estados. Isto se dá devido à insegurança que se instala no sistema, quando nota-se o crescimento excepcional de um país instando nos demais estados a adoção de estratégias que possam deter a ameaça crescente. Esta distinção entre os sistemas multilaterais será abordada com maior profundidade no capítulo 3 deste estudo, quando será verificado o panorama no qual se encontrava a América do Sul na época da Guerra do Paraguai. Onde devido a relevante soberania brasileira, no período que antecedeu a guerra, configurava a balança de poder no sistema como uma multipolaridade desequilibrada.

Assim, percebe-se que para o Realismo Ofensivo, os conflitos entre as nações possuem causas diretamente ligadas a fatores estruturais do sistema internacional. O modo como o poder é distribuído entre os atores e consequentemente o número desses atores que são realmente capazes de lutar por esse poder são os fatores determinantes

quando se tenta entender o início de um conflito, como o que será abordado neste estudo.

Após expor algumas das características mais importantes referentes ao Realismo Ofensivo, este estudo adentra sua parte de interação entre história e teoria. No capítulo seguinte será abordada a Guerra do Paraguai como fator histórico de extrema importância na história do Brasil, para posteriormente ser feita a ligação entre a teoria realista ofensiva e o conflito histórico, vislumbrando verificar a aplicabilidade dessa vertente teórica para um melhor entendimento dos acontecimentos do conflito também conhecido como Guerra da Tríplice Aliança.

2 GUERRA DO PARAGUAI

2.1 ABORDAGENS HISTORIOGRÁFICAS PARA O CONFLITO

Por ser o maior conflito armado já vivenciado na América Latina, a Guerra do Paraguai é estudada por uma série de abordagens historiográficas que a retratam das mais distintas maneiras. As abordagens divergem principalmente a respeito de quais seriam as verdadeiras causas para o conflito, qual a participação de potências externas como a Inglaterra na guerra e por fim, há uma diferenciação entre as vertentes históricas acerca da imagem do governante paraguaio, Francisco Solano López, que varia de herói benevolente a tirano imprevisível e inconseqüente. Dentre essas abordagens duas merecem especial atenção por possuírem maior representatividade na história brasileira: a historiografia revisionista e a historiografia moderna.

Surgida no final da década de 1960, a historiografia revisionista é fortemente influenciada por ideais republicanos e tem suas raízes atreladas ao pensamento crítico característico do fim do período monárquico brasileiro. Possui uma abordagem que ataca o regime vigente durante o Império e consequentemente condena as ações tomadas durante a época em que o Brasil foi regido por um Imperador. Nascida em meio a uma onda de regimes ditatoriais militares que assolavam diversos países nos anos 60, essa visão atuava como uma contrapartida aos heróis de guerra que esses regimes exaltavam e buscava uma nova abordagem para a história latino-americana que fosse de encontro a filosofia ditatorial.

A historiografia revisionista apresenta o estado paraguaio, na época da guerra, como igualitário, moderno, rico e desenvolvido. Francisco Solano López, dentro dessa vertente, é tido como um líder benevolente e predestinado, que lutava pelo bem estar de seu povo e contra as ambições imperialistas européias que ameaçavam a soberania dos estados latinos. No que diz respeito a participação externa no conflito, os revisionistas apontam que o desenvolvimento autônomo do estado Guarani despertou, nas potências européias, o receio de que os demais países pudessem seguir o exemplo paraguaio e se rebelar contra o domínio Neo-colonial característico em meados do século XIX. Para os

reversionistas a Tríplice Aliança nada mais era que um fantoche comandado pelo capital e pelos anseios ingleses de eliminar o estado paraguaio insurgente.

Essa visão, apesar de uma determinada intransigência e salvos alguns exageros, teve grande participação durante várias gerações nos estados da região platina. Sua presença no Paraguai foi ainda mais intensa, servindo como fuga de um panorama histórico nacional assolado pela carência de mártires que aumentassem a identidade nacional.

Dentre os autores dessa vertente historiográfica, podem ser destacados Leon Pomer, escritor argentino, autor da obra "A Guerra do Paraguai – Grande negócio!", na qual defende a existência de uma grande participação da Inglaterra no conflito. Ademais, há de se destacar o maior expoente dessa corrente na historiografia brasileira que é Júlio José Chiavenatto. Dentro de sua obra "*Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*" exalta de maneira positiva a figura de Francisco Solano López e coloca como grande financiadora do conflito no Prata a Coroa Britânica:

Quando termina a guerra, em 1870, a Inglaterra já tinha emprestado ao Brasil a espantosa quantia de trinta e um milhões de libras. Ou seja, até 1865, os empréstimos somavam 11.373.907 libras em quarenta anos. Esse estupendo investimento – que representa apenas os empréstimos, excetuando-se outros negócios – expressa a necessidade inglesa de amar o Império do Brasil para destruir o Paraguai. (CHIAVENATTO, 1981, p.82-83).

Por outro lado, a Historiografia Moderna surge a partir dos anos 1990 primando por um estudo aprofundado e imparcial dos acontecimentos da Guerra do Paraguai. Essa visão relativamente nova é marcada por uma remessa de autores que buscam um entendimento da Guerra da Tríplice Aliança através de uma abordagem livre de ideologias e paixões que possam comprometer a seriedade do conhecimento histórico. Para os historiadores dessa vertente, as causas que conduziram as relações entre as nações na região platina estão ligadas a fatores relacionados ao processo de formação dos estados latinos e as relações geopolíticas inerentes a um sistema de estados.

A Historiografia Moderna rebate as afirmações da vertente revisionista que colocam a Inglaterra como principal causadora e grande influenciadora dos acontecimentos da guerra. A corrente moderna prova através de documentos históricos e

pesquisas historiográficas que as potências internacionais adotaram uma postura neutra e de observância durante o conflito na região platina.

Quanto à figura do Governante Paraguaio, os historiadores modernos o apontam como grande causador de um conflito desnecessário e avassalador. Francisco Solano López tinha ciência de sua inferioridade territorial e numérica perante os países aliados. No entanto, de forma inconseqüente, se lançou em uma empreitada desastrosa que trouxe grande destruição para sua nação. O Paraguai havia atingido certo grau de desenvolvimento que o colocava em posição de pleitear, por vias diplomáticas, maior participação no sistema Platino, contudo seu governante adotou estratégias irresponsáveis, colocando em jogo todo o desenvolvimento conquistado no governo de seu pai e arriscando milhões de vidas que serviram na guerra do Paraguai.

Existe um grande número de autores que adotaram essa postura historiográfica mais imparcial. Há de se destacar o historiador Ricardo Salles que publicou a obra "*Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*", representando o surgimento de uma posição Historiográfica que renegaria os exageros perpetrados pelos revisionistas. Ademais, pode-se apontar Francisco Doratioto como grande representante dessa corrente. Com sua obra "*Maldita Guerra - Nova História da Guerra do Paraguai*" contribui positivamente para a história brasileira ao apresentar um estudo sério, caracterizado pela validação documental de suas afirmações e por uma total imparcialidade ao retratar um evento tão importante na história brasileira.

Ambas as visões contribuem para o estudo da Guerra do Paraguai. Obviamente, a abordagem da historiografia moderna promove o estudo baseado em documentos e livre de valores ideológicos possibilitando um entendimento do que realmente ocorreu durante o conflito. A historiografia revisionista preserva sua importância ao possibilitar o entendimento dos acontecimentos históricos que influenciaram sua abordagem e caracterizaram a época na qual essa vertente foi originada.

Mesmo marcadas pelo momento em que surgiram, em meio a ditadura ou em uma modernidade que prima pela imparcialidade, as correntes compartilham similaridades. Essas similaridades são percebidas em relação ao andamento do conflito e os fatos que o precederam. Obviamente, as visões diferem quanto às participações das

potências internacionais na guerra e quanto à imagem do governante paraguaio Francisco Solano López. No entanto, os fatos históricos da guerra são pontos de consenso. A invasão do Mato Grosso e o aprisionamento do navio brasileiro Marquês de Olinda, são tidos como estopim para a guerra para ambas as visões. Portanto o andamento da guerra é descrito de acordo com o que realmente ocorreu. As diferenças entre as historiografias não são capazes de deturpar as batalhas e as perdas que os estados participantes tiveram neste evento importante para a história da região platina.

2.2 TENSÕES PRÉ CONFLITO

O período que precedeu a Guerra entre as tropas da Tríplice Aliança contra o exército do estado Guarani foi marcado por uma série de choques de interesses regionais que ajudam a entender as causas de um conflito com tamanha proporção. Para maior compreensão da Guerra do Paraguai, devem ser aliados fatores pontuais, como questões limítrofes e disputas comerciais ao processo de formação dos estados nessa região que colocou essas nações, por todo o século XIX, em constante rota de colisão. Dentro desse panorama, a disputa por poder na região era favorável aos estados que conseguiam uma política interna estável. No entanto, mesmo os estados marcados por disputas políticas internas também pleiteavam ganhos de poder dentro do sistema sul americano.

Com exceção do Império Brasileiro que, apesar de possuir opiniões políticas internas discrepantes, adquiriu relativa coesão interna após sua independência em 1822, o sul do continente americano, em meados do século XIX, foi caracterizado pela grande instabilidade das políticas internas de seus estados componentes. Na Argentina coexistiam correntes políticas divergentes que a dividiam entre os federalistas e a Confederação de Buenos Aires. O Uruguai, que nascera em 1828, após a guerra da Cisplatina se caracterizava pela disputa interna que colocava em lados opostos duas facções, os blancos, de posição conservadora, e colorados, simpatizantes das idéias liberais. Quanto à Província do Paraguai, desde 1810, adotava uma política isolacionista somente rompida em 1842 com a chegada de Carlos López ao poder, buscando nos

mercados externos recursos e tecnologias que ajudassem a inserir o estado paraguaio nas relações internacionais entre as nações da região platina. (DORATIOTO, 2003).

Sob esse panorama de instabilidade, a política externa brasileira, em meados do século XIX, era norteadas por uma política de busca por boas relações diplomáticas que pudessem favorecer a manutenção do Brasil com níveis de poder maior que os demais estados da região. Dessa forma, o Império brasileiro foi a primeira nação a reconhecer a independência do Paraguai, desejando estabelecer certa afinidade com aquele país. No que se refere a constituição territorial dos países latino americanos o Brasil assumiu uma posição segura e estratégica, agindo de maneira a proteger a integridade territorial de Paraguai e Uruguai no intuito de manter a livre navegação na bacia do Prata e evitar a ampliação da fronteira argentino-brasileira, por onde o imprevisível ditador da província de Buenos Aires, Juan Manuel Rosas poderia promover agressão ao território brasileiro.

No campo político, o Brasil optou pelo apoio aos movimentos liberais que atuavam na formação dos estados no sul do continente americano. O apoio a partidos como os Colorados no divido estado uruguaio e aos sublevados da província argentina de Entre Rios, comandados por Justo Urquiza, deixava transparecer a afinidade que o Império brasileiro possuía com os ideais desses partidos, que exaltavam a prática do livre comércio e a consolidação da bacia do Prata como canal de transporte comercial utilizável por embarcações de qualquer país.

Entre os fatores que poderiam desestabilizar as relações entre os estados da região platina, nenhum foi tão negativamente determinante para o crescimento de hostilidades, quanto as questões limítrofes. O processo de formação dos estados e a vontade de alguns países em mudar o status quo da região de forma a obter posições mais favoráveis, remetiam o sistema a uma inevitável instabilidade acerca das limitações territoriais acordadas. O Império brasileiro configurava-se como estado relativamente mais poderoso do sistema, e até mesmo por possuir um imenso território, conseqüentemente era alvo de reivindicações de porções geográficas por parte dos demais países. Houve desentendimentos com várias nações sendo que o território Uruguaio já até havia sido motivo para Guerra Cisplatina entre Brasil e Argentina. No entanto, com a chegada de Carlos López ao poder no governo paraguaio, a disputa

acerca das questões limítrofes entre o Império e o estado Guarani atingiam proporções cada vez maiores podendo até mesmo ser consideradas como fatores determinantes para a Guerra do Paraguai. (DORATIOTO, 2003)

Houve por diversas vezes a tentativa da firmação de tratados que pudessem por fim às controvérsias entre Brasil e Paraguai no que se refere à delimitação de fronteiras e a livre navegação na bacia do Prata. Em 1856, foi assinado, entre os dois países, um Tratado que garantia a livre navegação e postergava por seis anos a discussão sobre a posse de territórios fronteiriços. Nos anos que se seguiram, a livre navegação de navios brasileiros foi copiosamente interrompida quando se deslocavam por território guarani, sob a afirmação paraguaia de que o Império Brasileiro usava suas embarcações para fortalecer militarmente a província de Mato-Grosso, colocando em risco a soberania daquele estado. Mais uma vez as relações entre Brasil e Paraguai se agravavam e a imagem de um conflito no Prata de tornava cada vez mais visível. (CERVO; BUENO, 2002)

Em meados do século XIX, o início de um conflito armado na região platina tornava-se apenas uma questão de tempo. No ano de 1864,⁹ as disputas internas uruguaias já se mostravam como uma grande ameaça à já instável província brasileira do Rio Grande do Sul. As pressões por uma intervenção brasileira na questão interna do Uruguai eram oriundas dos estancieros gaúchos, que cobravam uma atitude do governo brasileiro; e também do líder colorado. Apoiado pelo Brasil, Venâncio Flores que via como única solução efetiva para o confronto com a facção comandada pelo presidente Aguirre, o envio de tropas brasileiras para o Uruguai, uma vez que as alternativas de solução dos desentendimentos por vias diplomáticas já não se mostravam adequadas. Em março de 1864, o Brasil invadiu o território Uruguaio, onde confrontou as tropas do presidente Aguirre até 15 de fevereiro de 1865, quando o mesmo foi deposto.

Quando comandado por Carlos López, o Paraguai ansiava pela conquista de maior participação na balança de poder da região platina, mas tinha ciência das limitações de contingente populacional e de sua dimensão territorial, caso um confronto bélico tivesse que ser travado com o Império Brasileiro. Com a morte de Carlos López e

⁹ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 52.

a chegada de seu filho Francisco Solano López ao poder, o Paraguai assumia uma postura mais agressiva nas relações internacionais e as atitudes desmedidas de seu novo governante colocariam o país em rota de colisão com um adversário de maiores proporções territoriais e populacionais que era o Império Brasileiro. Assim, a invasão do Uruguai por tropas brasileiras foi vista por Solano López, como uma afronta aos seus ideais e como uma ameaça soberania nacional de sua nação. Além disso, essa situação era vista pelo ditador paraguaio como uma grande chance para começar sua empreitada que tencionava levar o estado Guarani ao posto de potência regional. Como primeiro passo, combater e derrotar o estado mais poderoso da região, que naquela época era o Brasil.

Com o pressuposto de que a invasão brasileira ao território uruguaio era uma violação do direito à soberania dos estados latino-americanos, o Paraguai, antes mesmo de declarar guerra ao Império brasileiro, apreende no dia 10 de novembro de 1864, o navio de passageiros brasileiro Marquês de Olinda. As relações entre Brasil e Paraguai estavam interrompidas e o cenário para a Guerra do Paraguai estava formado. Começava assim a Guerra da Tríplice aliança, que se arrastou por seis longos anos e ajudou a definir novas posturas para os países do sul do continente americano. (DORATIOTO, 2003).

2.3 O CONFLITO

A Guerra do Paraguai foi um conflito longo que movimentou milhares de tropas dos países que foram envolvidos. No início, por achar improvável que o estado Paraguaio fosse levar a idéia de um conflito armado adiante, o Império Brasileiro e a Argentina não se movimentaram no sentido organizar um número de tropas maior do que as já existentes. Em sua primeira fase, a guerra foi caracterizada por uma ofensiva paraguaia, que possuía tropas numerosas e bem armadas e que surpreenderam ao adotar uma estratégia de ataques relâmpagos. Logo Brasil e Argentina sentiam que o Paraguai não seria um adversário fácil de ser derrubado.

2.3.1 Ofensiva Paraguaia

A invasão do Mato-Grosso em dezembro de 1864, por tropas Paraguaiaias foi mais um aviso de que urgia ao Império Brasileiro a necessidade de se preparar para um conflito de grandes proporções. A invasão foi feita ao mesmo tempo por dois corpos de tropas paraguaiaias e a falta de uma guarnição militar preparada permitiu que os soldados paraguaiaios obtivessem êxito sem maiores dificuldades. O ataque foi feito ao forte de Coimbra por um destacamento de cinco mil homens, que investiram durante três dias, até que os defensores brasileiros se retiraram em direção a Corumbá, possibilitando a tomada do forte pelas tropas paraguaiaias.

O próximo passo esperado pelo governo brasileiro era o avanço do contingente paraguaio até Cuiabá a capital da província de Mato-Grosso, que já contava com proteções militares mais fortificadas que as do Forte Coimbra. Mal sabia a cúpula do Império, que a ofensiva sobre o Forte não passou de uma maneira de distrair a atenção do governo brasileiro para o norte do Paraguai, quando Solano López acreditava que a decisão da guerra se daria no sul na região mais próxima do estuário do Prata.

Ocupado o sul do Mato-Grosso, Solano López tinha como próxima meta a invasão do Rio Grande do Sul com o intuito de atacar o exército brasileiro no Uruguai. Ao receber resposta negativa do Presidente argentino Bartolomeu Mitre à sua solicitação de passar tropas pelo território argentino, López ordenou a invasão da província de Corrientes como forma de levar seu contingente militar rumo ao sul do Brasil além de fortalecer a facção uruguaia dos Blancos que poderiam lutar na guerra a favor do lado paraguaio. Em abril de 1865, navios paraguaiaios atacaram a cidade argentina de Corrientes sob o comando do General Venceslau Robles, acarretando a entrada definitiva da Argentina na guerra. Ao invadir Corrientes, Solano López acreditou que contaria com o apoio do Caudilho Argentino Urquiza que governava as províncias de Entre - Rios e Corrientes e adotava posição contrária ao governo de Mitre, o que fatalmente não ocorreu. Sem o apoio de Argentinos, mesmo os que eram contrários a Mitre, o Paraguai começava a perceber que a adesão à sua causa era pequena e que o conflito seria mais difícil do que suas avaliações haviam mostrado. (DORATIOTO, 2003)

Mesmo sem a ajuda do caudilho argentino, López acreditava ser capaz de seguir adiante em direção ao Rio Grande do Sul. Em ação conjugada com as forças do General Robles, uma tropa de dez mil homens do tenente-coronel paraguaio Antônio de la Cruz Estigarribia cruzou a fronteira argentina ao sul e em agosto de 1865 tomou a cidade brasileira de Uruguaiana sem que houvesse maior resistência ao avanço Guarani. Assim, o Paraguai mostrava a que veio. Em pouco menos de seis meses infringia três perdas significativas aos aliados ao invadir o Mato-Grosso, Corrientes e o Rio Grande do Sul. Ao Império, cabia uma resposta às ações paraguaias antes que López se tornasse mais poderoso. Essa resposta veio antes mesmo da invasão da cidade de Uruguaiana, foi logo que o Paraguai invadiu o Mato-Grosso. O Império se armava e se preparava, pois não estava nos planos do maior estado da região do Prata perder territórios para o governante paraguaio.

Figura 1: Francisco Solano López



Fonte: <http://vulgaria.wordpress.com>¹⁰

¹⁰ Figura retirada do site Wordpress. Disponível em: <http://vulgaria.wordpress.com/2008/02/23/la-guerra-del-paraguay-1865-1870-el-baron-de-maua/>

2.3.2 Reação dos Aliados

A invasão dos paraguaios à cidade de Corrientes levou à assinatura do Tratado da Tríplice Aliança no dia 1º de maio de 1865 entre Brasil, Argentina e Uruguai. Juntamente ao tratado, foi elaborado o plano de operações militares dos países aliados por um conselho de guerra composto pelos generais argentinos Bartolomé Mitre e Justo José de Urquiza pelo uruguaio Venâncio Flores e pelos brasileiros Manuel Luís Osório e o contra-almirante Tamandaré. De acordo com o plano, o objetivo dos aliados era levar a guerra ao território paraguaio, convergindo as operações militares na fortaleza de Humaitá e consequentemente adquirindo maior acesso a Assunção, capital paraguaia e alvo final dos aliados. (BANDEIRA, 2003)

A verdade, é que as tropas aliadas no início da guerra eram extremamente inferiores ao contingente paraguaio, que contava com homens bem treinados e uma esquadra respeitável. O Brasil achava-se despreparado para entrar em uma guerra. Apesar de sua imensidão territorial e densidade populacional, o Brasil tinha um exército mal-organizado e muito pequeno. Reflexo da organização escravista da sociedade, que, marginalizando a população livre não proprietária, dificultava a formação de um exército com senso de responsabilidade, disciplina e patriotismo. O serviço militar era visto como um castigo sempre a ser evitado e o recrutamento era arbitrário e violento. As tropas que seriam utilizadas nas intervenções no Prata eram constituídas basicamente pelos contingentes armados de chefes políticos gaúchos e por alguns efetivos da Guarda Nacional. Um reforço era necessário. Logo, crescia a importância dos Voluntários da Pátria, ou seja, cidadãos que se apresentavam espontaneamente para a luta contra o estado guarani. Por vezes se alistavam escravos enviados por fazendeiros e negros livres. Esse reforço foi de extrema importância na guerra do Prata. Os Voluntários da Pátria representaram uma fortificação da unidade nacional colocando todas as províncias em busca de um ideal comum, além de espalhar na população brasileira a idéia de respeito e amor à nação.

A primeira reação brasileira foi tomada após o Império receber as notícias que informavam a invasão do Mato-Grosso pelas tropas paraguaias. Em abril de 1865, foi enviada uma expedição composta por 2.780 homens que teriam como objetivo combater

os invasores na província atacada. Comandada pelo coronel Manuel Pedro Drago, a coluna saiu de Uberaba, em Minas Gerais, e só chegou a Coxim em dezembro do mesmo ano, após uma difícil marcha de mais de dois mil quilômetros através de quatro províncias do Império. Ao chegar ao Mato-Grosso, a coluna encontrou a cidade de Coxim abandonada pelos soldados paraguaios, o mesmo acontecendo na cidade de Miranda. Em janeiro de 1867, o coronel Carlos de Moraes Camisão assumiu o comando da expedição já reduzida a 1.680 homens, e decidiu invadir o território paraguaio, onde penetrou até Laguna. Nesse episódio, mais conhecido como a Retirada da Laguna, a coluna não foi feliz ao chegar ao território paraguaio onde sofreu diversos ataques se vendo obrigada a recuar. Com um número pequeno de soldados, consumidos pelo cansaço e por doenças como a malária, a Retirada da Laguna foi marcada pela perseguição da cavalaria paraguaia aos soldados brasileiros que só acharam segurança ao retornarem para Coxim já em 1868. (TAUNAY, 1997)

A Guerra do Paraguai poderia ter tomado rumos mais favoráveis ao lado paraguaio caso Solano López não subestimasse as tropas aliadas. López conduzia seu exército desde Assunção, longe do campo de batalha, acreditando que suas tropas obteriam fácil sucesso no período inicial da guerra. Ledo engano. Dentre os marcos da reação da Tríplice Aliança, que mudaram o panorama inicial da guerra, há de se destacar a grande derrota paraguaia na batalha de Riachuelo. A vitória na batalha pelo lado aliado teve um significado simbólico que alteraria a direção da guerra à partir daquele momento. Após a batalha foi interrompida a comunicação fluvial paraguaia no rio Paraná, além de impedir a invasão da província argentina de Entre-Rios. Outra perda importante para López, foi a destruição de boa parte de seu poderio naval sendo que após essa batalha, cessava-se a caminhada vitoriosa guarani que caracterizou o período inicial do conflito.

Após retomar as cidades invadidas na província do Mato-Grosso e vencer a batalha de Riachuelo cabia ao Império a recuperação de Uruguaiana. Em julho de 1865, chegava à fronteira do Rio Grande do Sul as tropas do exército brasileiro assumindo cerco em torno da cidade invadida. Com reforços dos países aliados, a tropa brasileira enviou várias intimações pedindo a rendição do tenente-coronel paraguaio Estigarribia. Para derrubar a incansável resistência da tropa paraguaia em se retirar da cidade brasileira, teve grande importância a chegada do Imperador Dom Pedro II, que ao se

juntar aos presidentes argentino e uruguaio implicou em uma pressão a qual o comandante paraguaio teve de ceder. A rendição veio em setembro quando Estigarribia aceitou entrar em acordo desde fosse atendidas algumas condições estabelecidas. Chegava ao fim a grande ofensiva de Solano López que marcou o plano inicial da guerra e no início de outubro, as tropas paraguaias de ocupação em Corrientes receberam do governante paraguaio ordem para retornar a suas bases em Humaitá. As tropas aliadas se preparavam para o passo seguinte, a invasão do Paraguai.

Figura 2: Batalha de Riachuelo



Fonte: <http://www.klickeducacao.com.br/>¹¹

2.3.3 Invasão do Paraguai

Depois das vitórias conseguidas pelos aliados sobre as tropas paraguaias nos territórios invadidos, cabia aos aliados aproveitar o momento e adotar uma posição ofensiva. Com um exército fortalecido com um efetivo de 50 mil homens e finalmente preparado, após os ataques surpresa, os aliados decidiram invadir o território paraguaio. A invasão ocorreu sob o comando do General Manuel Luís Osório com o auxílio da

¹¹ Figura retirada do site Klick Educação. Disponível em:
http://www.klickeducacao.com.br/Klick_Portal/Enciclopedia/images/Ri/539/296.jpg

esquadra imperial e adentrou no estado paraguaio em abril de 1866, com a vitória em Passo da Pátria que ofereceu relevante resistência militar.

Durante mais de dois anos, de abril de 1866 a julho de 1868, os objetivos militares foram focados na junção dos rios Paraguai e Paraná, onde se encontravam os maiores postos militares do Paraguai. Ao longo de todo esse período, as tropas aliadas encontraram forte defesa militar paraguaia, fator que proporcionou a consecução das maiores batalhas vivenciadas na América Latina. A conquista dos fortes de Itapiru e Curuzú, só foi possível através de batalhas sangrentas que acabaram com a vida de inúmeros soldados, tanto do lado aliado quanto do lado guarani. No entanto, nenhum duelo entre as tropas foi tão avassalador quanto a batalha de Tuiuti. No dia 24 de maio de 1866, as tropas aliadas acampavam nos pântanos de Tuiuti, quando sofreram um ataque por parte de tropas paraguaias ocasionando uma imensa batalha campal. Vencida pelos aliados, a batalha de Tuiuti ficou marcada pela morte de 10 mil soldados e por sua importância para a vitória aliada na guerra. (DORATIOTO, 2003).

Como resultado da batalha de Tuiuti, as perdas de ambos os lados foram:

Tabela 1: Perdas dos Exércitos durante a batalha de Tuiuti.

	Mortos	Feridos	Perdas Totais
Paraguaios	6000	7000	13000
Tríplice Aliança	996	2935	3931
Argentinos	126	480	606
Brasileiros	737	2292	3029
Uruguaios	133	480	613

Fonte: *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*

A caminhada das forças aliadas rumo Assunção foi caracterizada por uma incansável resistência paraguaia, que por vezes desestabilizou o comando da Tríplice Aliança. Uma das maiores perdas sofridas pelos aliados foi a tentativa de conquista do forte de Curupaiti, quando 20 mil¹² soldados argentinos e brasileiros, comandados por Mitre e com suporte do Almirante Tamandaré, sofreram uma terrível derrota que

¹² DORATIOTO, op. cit., P 245

aniquilou um total de 5 mil de seus homens. Essa investida frustrada criou uma grande crise entre os comandantes da força aliada, causando uma estagnação nos planos militares da Tríplice Aliança.

A derrota em Curupaiti colocou a tropa em profundo desânimo e paralisação. O comando aliado passou por turbulências que provocou desavenças entre o presidente da Argentina, Mitre, e o comandante das forças brasileiras, o General Osório, logo substituído pelo Marechal Luís Alves de Lima e Silva, na época marquês, e que futuramente se tornaria Duque de Caxias. Paralelamente, desentendimentos entre Mitre e Venâncio Flores, faziam com que ambos os comandantes começassem a retirar contingentes argentinos e uruguaios, deixando a tropa brasileira praticamente por sua conta e risco, configurando como uma estratégia de Buck-Passing, ou seja, Argentina e Uruguai deixaram que as tropas brasileiras assumissem todo o fardo do conflito naquele momento. Na ausência do presidente argentino Mitre, Caxias assumiu o comando da força aliada.

A entrada de Caxias no comando das tropas aliadas foi fator determinante para que a Tríplice Aliança recobrasse suas forças. Ele criou uma assistência de saúde para auxiliar feridos e acabar com doenças, além de reorganizar o abastecimento das tropas. Em julho de 1867, a aliança retomava sua ofensiva e partia para mais um grande desafio, a passagem por Curupaiti e a conquista da principal fortaleza paraguaia, Humaitá.

Em agosto de 1867, Mitre retornou ao comando dos aliados e teve desentendimentos com Caxias referentes aos planos de ataque. Dessa vez, a passagem por Curupaiti foi feita sem maiores perdas e as tropas aliadas posicionaram-se em frente à fortaleza de Humaitá. O fato de Mitre e Caxias não conseguirem chegar a um consenso acerca da estratégia a ser adotada no ataque a Humaitá, colocava em risco todo o progresso feito pelos aliados após a entrada de Caxias no conflito. A tomada de Humaitá seria o passo mais complicado dado pela força aliada e só foi possível após uma nova retirada de Mitre do comando em janeiro de 1868. Em julho de 1868, Caxias conseguiu, após um demorado cerco, conquistar o maior trunfo de Solano López e a Guerra caminhava para seu fim.

Ao perder sua maior fortificação, Solano López partiu para cidade de San Fernando junto à parte dos soldados sobreviventes de Humaitá. As tropas aliadas, por sua vez, caminharam rumo ao próximo objetivo que era a tomada das Fortificações de Lomas Valentinas. Mais uma vez, Caxias demonstrou sua grande capacidade como estrategista militar, e após passar um grande contingente pelos pântanos do Chaco, manobra inesperada por López, infringiu mais uma derrota ao governante paraguaio que era cada vez mais encurralado em seu próprio território.

No mês de dezembro de 1868, as tropas aliadas optaram por não seguir rumo a capital Assunção, uma vez que essa já se encontrava desocupada e havia sido bombardeada pela Esquadra Imperial. Caxias escolheu prosseguir rumo ao sul do Paraguai, enfrentando uma série de batalhas, no episódio que ficou conhecido como "dezembrada".

A capital paraguaia só foi ocupada em 1º de janeiro de 1869 por tropas brasileiras comandadas pelo coronel Hermes Ernesto da Fonseca. Caxias só chegou em Assunção poucos dias depois e seu estado de saúde preocupava o alto comando da força aliada. Não havia alternativa a não ser a retirada do grande comandante da guerra. Mais uma vez fez-se crescer entre as tropas aliadas um grande desânimo acarretando na saída de um grande número de soldados dos três países aliados.

O grande erro de Caxias foi crer que Solano López havia fugido na procura de asilo, quando na verdade o caudilho apenas recuou para preparar um contra-ataque. Através de uma intimação enviada em dezembro de 1868, os aliados pediam a rendição de López, que, obviamente, rechaçou com veemência o pedido. Sem Caxias no comando, e com a necessidade de caçar o governante Guarani, que recusou se entregar, os aliados precisavam de um novo comandante que pudesse levar o conflito a um fim definitivo. Entrava em cena o Conde d'Eu.

2.3.4 Vitória Final: O fim de Solano López

Para se encarregar da parte final do conflito, foi indicado Filipe Gastão de Órleans, conhecido como Conde d'Eu. A nomeação de um membro da família real tencionava aumentar os ânimos das tropas já tão fatigadas. A indicação do Conde se devia também a sua experiência militar e vislumbrava o fortalecimento da imagem do Império desgastada por tantos anos de conflito. Mais do que apenas terminar a guerra, os aliados buscaram restabelecer uma nova unidade no estado paraguaio, chegando a criar um governo provisório que controlaria o país até o conflito se resolver por completo.

Solano López continuava sua resistência ao norte do Paraguai sobre as cordilheiras. Resistiu de todas as maneiras, utilizando sua forte influência, até mesmo, no recrutamento de crianças e idosos para lutar ao seu lado em seus últimos dias. Por cerca de um ano essa resistência lutou contra tropas aliadas despertando a ira de Conde d'Eu que comandava enforcamentos e decapitações nos prisioneiros que caíam em poder da força aliada.

Em seus últimos movimentos, López seguiu mais ao norte com o objetivo de se esconder nas florestas paraguaias. No entanto, naquele momento já não havia como escapar dos soldados brasileiros que foram colocados em seu encalço. No dia 1º de março de 1870, após ataque ao acampamento paraguaio em Cerro Corá, López foi baleado e padeceu dizendo suas últimas palavras: “Morro com minha pátria!”. Com a morte do caudilho, terminava, finalmente, o conflito que por seis anos movimentou a região da Bacia do Prata. Com a morte de López, terminava a guerra, e com ela as nações latinas encontravam o cessar fogo buscado por tanto tempo.(CHIAVENATTO, 1981).

Figura 3: Perseguição a Solano López



Fonte: <http://www.colegiosaofrancisco.com.br>¹³

2.4 BALANÇO DA GUERRA

As feridas abertas pela Guerra do Paraguai ocasionaram nos países envolvidos no conflito, conseqüências devastadoras que afetaram o desenvolvimento da região platina nas décadas seguintes ao conflito. As perdas não se limitaram ao derrotado estado paraguaio. Os altos gastos empreendidos pelos países aliados afundaram-nos em uma situação de debilidade econômica e drástico aumento da dívida externa. O panorama da região do Prata deixado pelo pós-guerra rearranjou a balança de poder eliminando quaisquer chances do estado Guarani de pleitear maiores níveis de poder do que já possuía antes do conflito. No entanto esse novo panorama comprovava que os gastos foram maiores que os ganhos para todos os atores do sistema. Mesmo para os vencedores, o cenário que se seguiu à Guerra do Paraguai, não era nada animador.

No que se refere às perdas humanas ocasionadas pela guerra, os números fornecidos pelos historiadores dificilmente chegam a um consenso devido às diferentes

¹³ Figura retirada do site Colégio São Francisco. Disponível em:
<http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/guerra-do-paraguai/imagens/guerra-do-paraguai-42.jpg>

abordagens historiográficas existentes para o conflito. De acordo com historiadores revisionistas como Chiavenatto (1981, p.150), antes da guerra o Paraguai possuía uma população de aproximadamente 800.000 mil habitantes sendo que 606.000 pessoas, um valor equivalente a 75,75% da população, teria sido dizimada no conflito. Por outro lado para autores da historiografia moderna como Doratioto, respaldado por estudos de historiadores de várias partes do mundo, os dados mostram que ao adentrar na guerra, a população total do estado paraguaio era de aproximadamente 450.000 habitantes e que as perdas giram em torno de 9% da população total. De acordo com o próprio Doratioto (2002, p.456), entre os países que compunham a Tríplice Aliança, o Uruguai sofreu com a perda de 3.000 homens dos 6.000 enviados e 18.000 de pouco menos de 30.000 soldados enviados pela Argentina também padeceram na batalha. O Brasil, por sua vez, na época da guerra, possuía uma população de 9 milhões de habitantes, levando para batalha cerca de 139.000 combatentes dos quais, segundo a obra *História do Exército Brasileiro*, publicada em 1972 pelo Estado-Maior do Exército, 33.000 foram mortos. A origem conhecida dos efetivos, sem incluir o Exército profissional e os efetivos da marinha, foram:

Tabela 2: Origem dos efetivos brasileiros.

Região	Voluntários da Pátria	Guarda Nacional	Recrutamento e Escravos Libertos	Total	%
Norte	2.451	1.725	356	4532	3,68
Nordeste	15.512	8.855	2.179	26.546	21,57
Leste	25.147	12.255	4.417	41.819	33,97
Sul	9.740	32.652	1.474	43.864	35,63
Centro-Oeste	1.692	4.182	63	5937	4,82
Montevideu	450	—	—	450	0,35
Totais	54.992	59.669	8489	123.148	100

Fonte: *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*

No âmbito econômico, de acordo com Doratioto (2002, p.461-462), há duas estimativas sobre o custo total que o Império Brasileiro teria despendido na Guerra do

Paraguai. A primeira, do Ministério da Fazenda, na época do conflito, chegou a quantia de 460.718 contos de réis, que nominalmente deveriam ser pagos pelo país derrotado, o Paraguai. A segunda, estimada pelo Tesouro Real, no valor de 614.000 contos de réis, provenientes das seguintes fontes:

Tabela 3: Estimativa do Tesouro Real dos gastos brasileiros na guerra.

	Milhares de Contos de Réis
Empréstimos Estrangeiros	49
Empréstimo Interno	27
Emissão de Dinheiro	102
Emissão de Títulos	171
Imposto	265
Total	614

Fonte: *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*

Qualquer uma das estimativas representa custos exorbitantes perante o orçamento que o Império dispunha na época. Os gastos do Ministério da Guerra saltaram de 21,94% do orçamento total do Império em 1864, para 49,56%, quase metade de todos os recursos financeiros do estado brasileiro em 1865, mantendo-se em 41% no restante do conflito. Como consequência óbvia de todo esse gasto desmedido, o Brasil passou por um severo déficit público nas décadas de 1870 e 1880, comprometendo seriamente o planejamento econômico brasileiro para esses anos.

Terminada a Guerra do Paraguai, entravam em cena as disputas acerca das ações referentes ao território do derrotado estado guarani. De acordo com o entendimento alcançado na assinatura do tratado da Tríplice Aliança, o Brasil ficaria com o território entre o Rio Branco e Apa, que foi motivo dos primeiros choques de interesses entre paraguaios e brasileiros. Para a Argentina restaria a posse do território do Chaco, preservando-se o restante do território paraguaio para a formação de um estado independente naquele país. No entanto, o governo imperial brasileiro exercido pelo Partido Conservador, atuou de forma a evitar que a Argentina tomasse posse integral do

Chaco, pois havia a eterna desconfiança acerca das intenções portenhas com relação ao Brasil. Essa prática contraditória ao Tratado, foi vista pela Argentina como desrespeitosa e abria precedentes para retaliações. Mais uma vez, havia de entrar em cena a diplomacia brasileira. Com negociações eficazes e atuações definitivas, nosso contingente diplomático apaziguou os ânimos aflorados, firmando acordos com ambos os estados paraguaio e argentino, atingindo considerável consenso em 1876, com a total retirada das tropas brasileiras do território paraguaio.

Apesar do saldo negativo que a Guerra do Paraguai trouxe sobre aspectos econômicos e populacionais, pode-se afirmar que o Império Brasileiro obteve determinados ganhos nesse conflito. Primeiramente, chegava ao fim a questão limítrofe entre Brasil e Paraguai que por diversas vezes provocou choque entre os dois governos e foi uma das principais razões para que a guerra se iniciasse. Em segundo lugar, normalizava-se a navegação de navios na Bacia do Prata, possibilitando a retomada do desenvolvimento econômico da região. Por fim, a Guerra do Paraguai fortaleceu a unidade interna do estado brasileiro que havia vivenciado diversas revoltas na primeira metade do século XIX, como a Revolução Farroupilha e a Confederação do Equador. As províncias reconheceram a importância da vitória brasileira no conflito enviando voluntários que ajudariam a fortalecer o exército aliado. Imagens nacionais como o hino e a bandeira brasileira eram incorporados ao cotidiano na comemoração de batalhas vencidas e a figura do Imperador era enaltecida veementemente.

A Guerra do Paraguai trouxe grande martírio ao já sofrido povo sul-americano. O confronto teve vencedores nominais, mas todos saíram do embate exauridos e esgotados economicamente. A balança de poder no Prata foi rearranjada, mas apesar da vitória, o Império Brasileiro não mais dispunha do poder econômico que o colocou como potência regional durante os anos que antecederam a guerra. Se para o Paraguai o conflito teve conseqüências dramáticas que o retiraram das disputas por poder na região, os demais estados declarados vencedores tinham ciência de que suas perdas os levariam a anos turbulentos, marcados por crises econômicas e lutas pela reconquista do poder perdido.

3 - PANORAMA REGIONAL E INTERNACIONAL EM TEMPOS DE GUERRA

Uma compreensão acerca de quais fatores conduziram as relações entre os países da região platina a um conflito armado, pode ser construída sob a égide da teoria realista ofensiva. A noção de qual panorama sistêmico era vivenciado no período que antecedeu a Guerra do Paraguai, bem como o estudo de como se encontrava a divisão de poder entre os estados no sul do continente Americano ajudam no entendimento das possíveis causas da guerra. Assim, aliadas as premissas da vertente ofensiva da teoria realista ao estudo dos acontecimentos históricos referentes à época do conflito no Prata, tem-se uma contribuição positiva para o estudo de um episódio tão marcante na história brasileira.

Como já ressaltado no capítulo 1, de acordo com o Realismo Ofensivo, a ausência de um governo central global, que suscita uma situação anárquica nas relações internacionais, não pode ser posta como causa de conflitos armados. Mesmo que a situação anárquica do sistema instigue nos países uma necessidade de maximização de poder como forma de aumentar seus níveis de segurança, existe uma outra variável estrutural que possui maior peso quando o assunto abordado é a probabilidade de contendias militares em um sistema. Essa variável é a distribuição de poder existente entre os estados desse sistema, que varia desde ambientes estruturais unipolares, mais seguros devido a supremacia de um *hegemon*, até sistemas mais propensos à conflitos, marcados pela luta de vários atores pela posição hegemônica, como os multipolares.

Entre os sistemas multipolares, existe uma diferenciação relacionada a distribuição de poder entre os atores que separam esse tipo de sistema em equilibrado, quando os estados encontram-se em um nível de poder sem disparidades consideráveis, e desequilibrado, quando há um estado mais poderoso que os demais, aspirante à posição de potência hegemônica desse sistema. Segundo Mearsheimer, os sistemas Multipolares desequilibrados são os mais propensos ao acontecimento de conflitos bélicos entre seus estados, devido a duas razões principais. Primeiramente, o estado mais poderoso que seus congêneres é ciente de sua supremacia, o que lhe fornece grandes probabilidades de vitória contra rivais mais fracos que possam desafiá-lo, ou seja, este estado não hesitará em adentrar um conflito. Em segundo lugar, a existência

de uma nação mais poderosa reflete no aumento da insegurança dos outros estados. Por sua vez, essa insegurança instiga nas nações menos favorecidas a necessidade de se retomar o equilíbrio da balança de poder como forma de baixar o nível de insegurança no sistema. Obviamente, uma das formas de retomada desse equilíbrio é o recurso à guerra.

O panorama vigente na Guerra do Paraguai pode contribuir para a comprovação empírica dessa teoria. De acordo com a seção seguinte, poderá ser notado por quais motivos as relações internacionais na região do Prata configuravam-se como uma multipolaridade desequilibrada. Onde o Império Brasileiro assumia a posição de potência crescente e o Paraguai de Solano López não se mostrava propenso à manutenção desse status quo.

3.1 CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA PLATINO NO PERÍODO PRÉ-GUERRA

3.1.1 A busca hegemônica do Império Brasileiro

Definir como se encontrava a distribuição de poder no sul do continente americano em meados do século XIX é reconhecer que por mais de trinta anos o Brasil assumiu a posição de potência regional na América do Sul. A situação não poderia ser configurada como uma unipolaridade, pois mesmo dotados de menor participação, estados como Argentina e Paraguai possuíam fatias de poder relevantes na região. Pode-se dizer que havia um panorama de multipolaridade desequilibrada, onde o Brasil tinha maior participação na balança de poder e os demais atores não se contentavam em estar em segundo plano, colocando o sistema em constante possibilidade de conflito regional.

De acordo com Amado Cervo:

O período que vai de 1844 a 1876 caracterizou-se pela ascensão, apogeu e declínio de uma política brasileira de potência periférica regional, autoformulada, contínua e racional, na medida em que se guiava por objetivos próprios, aos quais se subordinavam os métodos e os meios. O Prata foi a área em que ocorreu solta a política de potência do Estado-Império

brasileiro, ensaiada internacionalmente a partir de 1844, com a resistência à hegemonia interna da Inglaterra e às pretensões norte-americanas no Amazonas, com a elaboração do projeto industrial e a determinação de assegurar o território possível (CERVO, 2002, p.109).

Alguns fatores foram cruciais para que a aquisição, pelo Brasil, desse status de potência na América do Sul fosse possível. Em primeiro lugar, pode-se exaltar a importância da consolidação do estado Brasileiro, que tem como marco maior a independência em 1822. Ademais, a divisão política interna de estados como a Argentina e o Uruguai, aliada às dificuldades encontradas pelo estado paternalista paraguaio que iniciava uma abertura externa, contribuíram para que o Brasil desenvolvesse sua política de potência regional. No que se refere ao plano europeu, o Império foi beneficiado pela distração dos países do velho continente, ocasionada por uma nova onda revolucionária que estourou em 1848, primeiramente na França.

Obviamente o Império Brasileiro dificilmente lograria uma posição de maior destaque internacional, caso seus interesses entrassem em choque com os das potências como a Inglaterra, sendo difícil até mesmo a obtenção da posição de hegemonia regional na região do Prata. No entanto Império Brasileiro era dotado de alguns insumos que o colocavam com uma grande capacidade de influencia nas relações entre as nações do sul do continente Americano.

Com um território com cerca de 8 milhões Km² e com uma população de 10 a 11 milhões de habitantes, dez vezes superior a qualquer outro país sul-americano,¹⁴ o Brasil impunha respeito e tinha a capacidade de montar um exército com um contingente imensamente maior do qualquer outro estado daquele sistema. A superioridade naval na Bacia do Prata, principalmente nos seus três maiores rios; Paraná, Paraguai e Uruguai conferiam ao Brasil um maior controle sobre as transações comerciais na região, contribuindo para o escoamento da produção de erva-mate e charque, fortalecendo economicamente o Império Brasileiro. Além de todos os fatores supracitados, a superioridade brasileira foi legitimada por uma política diplomática impecável e extremamente eficiente. Através de uma habilidosa articulação de um

¹⁴ BANDEIRA, L. A. Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e Integração na América do Sul –Da Tríplice Aliança ao Mercosul*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003. p. 103

sistema de alianças que influíam sobre os demais países da região, o Brasil conseguia manter a balança de poder favorável aos seus interesses. Segundo Gramsci:

Contar com todos os elementos que, nos limites do previsível, dão segurança de vitória, significa dispor de um potencial de pressão diplomática de grande potência, isto é, significa obter uma parte dos resultados de uma guerra vitoriosa sem a necessidade de combater (GRAMSCI, *apud* BANDEIRA, 2003, 103).

A estrutura sistêmica na América do Sul em meados do Século XIX encontrava-se desequilibrada. O Império brasileiro concentrava a polaridade do sistema causando desconfiança nos demais estados, principalmente no Paraguai. Este país, como será mostrado à seguir, buscou a abertura internacional como maneira de fortalecimento interno e aumentar sua participação nas relações internacionais da região, até então monopolizadas pelo Império. O aumento dessa participação se deu por vias agressivas, marcadas por uma grande aplicação de recursos em efetivos militares, como maneira de aumentar a quantidade de poder atual do estado paraguaio. Mesmo não possuindo capacidades econômicas e militares de dimensões similares ao Brasil, esse aumento na capacidade militar paraguaia representava mais um fator desestabilizador no sistema de estados da região platina.

3.1.2 O crescimento Paraguaio

Apesar de fato de que a proclamação formal da independência paraguaia tenha sido apenas no ano de 1842, a independência reconhecida pelo povo paraguaio data do ano de 1811, quando foi derrotada a coluna militar comandada por Manuel Belgrano enviada por Buenos Aires a mando do governo espanhol.¹⁵ Logo, do ano de 1811 até 1840 o estado paraguaio foi governado por José Gaspar Rodríguez de Francia, que buscou no isolamento de seu país perante o cenário internacional uma maneira de preservar a independência e consequentemente manter sua ditadura. Esse isolamento paraguaio moldou a economia de modo a ser o estado o principal agente de produção e do comércio, regulando com mão de ferro todas essas atividades. As fazendas do estado,

¹⁵ DORATIOTO, op. cit. p. 24

denominadas de “Estâncias de la Pátria”, oriundas de terras desapropriadas da igreja pelo ditador, contribuíam para o crescimento da economia.

A partir de 1830, a economia paraguaia começava a entrar em estagnação. Como afirma Moniz Bandeira:

A concentração da propriedade agrária determinara correlata concentração de renda e o Estado, acumulando o excedente, máxime sob a forma de erva-mate e tabaco, utilizados como meio de pagamento, não tinha nem onde nem como realizá-lo. O isolamento do país levava-o a paralisar, quase completamente, as exportações daqueles produtos. (BANDEIRA, 2003, p.80).

A continuidade do desenvolvimento paraguaio dependia da adoção de uma nova política de ruptura do isolamento internacional perpetuado durante a ditadura de Francia. O estado guarani precisava encontrar mercados consumidores para o escoamento de excedentes na produção de erva-mate, madeira e tabaco localizados principalmente na Bacia do Prata. Dessa forma, a transição da política de isolamento para uma política de maior participação nas relações entre os estados da região, exigiria uma abertura da economia paraguaia e que esse estado buscasse mudanças no status quo no sul do continente americano, de maneira a obter benefícios.

O ano de 1840 foi crucial para que fossem levadas a cabo as mudanças internas no estado paraguaio. Com a morte de José Gaspar de Francia, e com a chegada ao poder de Carlos Antônio López o governo procurou estabelecer uma participação mais ativa na região do Prata intervindo em conflitos regionais e até mesmo negociando com os Estados Unidos e Europa, buscando trazer para o Paraguai os avanços tecnológicos dessas regiões.

Nos anos em que foi governado por Carlos López, o Paraguai, através da abertura ao mercado internacional, logrou avanços consideráveis. Houve o recrutamento de especialistas de diversos países que atuaram nas mais diversas áreas como marinha, exército, engenharia, metalurgia, saúde, educação entre outras, além do envio de um grande número de jovens paraguaios para o estudo em universidades européias. López construiu uma fundição de ferro que abastecia seu exército com canhões e espingardas, aumentando consideravelmente o poder atual de seu país e a eficiência de seu exército,

que a essa altura já se mostrava preparado, caso ocorresse um conflito de grandes proporções.

López produziu implementos agrícolas que impulsionavam a produção interna. Melhorou a elaboração da erva-mate, aperfeiçoou o tratamento do couro e da madeira e inaugurou a primeira estrada de ferro da América do Sul. (BANDEIRA, 2003, p. 81).

Todo esse desenvolvimento foi imensamente impulsionado após a abertura do Rio da Prata à navegação internacional em 1856. A receita do comércio exterior paraguaio saltou de 572.333 pesos em 1854 para 3.736.362 em 1860.¹⁶ No que se refere a erva-mate, somente no ano de 1857, o Paraguai vendeu 8.161.323 FF e em 1860 exportou 4,5 milhões de libras, principalmente para a Confederação Argentina¹⁷. Suas linhas férreas cresciam em uma boa proporção, chegando a quase 200 km em 1864.¹⁸ Todos esses fatores contribuíam para que o estado paraguaio obtivesse um surto de desenvolvimento que começava a aumentar seus níveis de poder perante os demais estados.

Enfim, após cerca de 20 anos sob esse modelo de crescimento, o Paraguai começava a figurar como ator relevante na multipolaridade vigente na América do Sul. Seu crescimento econômico vertiginoso e sua imensa preocupação com o fortalecimento das capacidades militares acarretando em maior poder atual, aumentavam sua participação na região do Prata e colocavam estados como Brasil e Argentina em alerta.

Essa melhora paraguaia na balança de poder iniciava uma série de tensões, principalmente com o Império, que posteriormente ocasionaria a Guerra do Paraguai. Como o crescimento paraguaio dependia fortemente dos monopólios da comercialização de erva-mate, do tabaco e da madeira, assim como dos arrendamentos de terra, o estado Guarani, com a necessidade de aumento das exportações, começava a ser pressionado a buscar novas terras para cultivo. Sob tal pressão, o governante paraguaio se via impelido a voltar às tão problemáticas negociações limítrofes com a Confederação Argentina e principalmente com o Império Brasileiro. As regiões em

¹⁶ BANDEIRA, op. cit., p. 82

¹⁷ *Ibidem*, p. 83

¹⁸ MITCHELL, B. R. *International Historical Statistics: the Americas, 1750-1993*. New York : Stockton Press, 1998. p. 365

discussão eram numerosas e já viam sendo foco de um conflito de interesses desde o governo de Francia.

Outro tema de tensão na região platina era a fervorosa competição por mercados consumidores de erva-mate. Apesar da superioridade da área abrangida por vendas da erva pelo Império, as exportações paraguaias cresciam rapidamente saltando de 985.274 kg em 1854 para 2.000.737 kg em 1860. Até que os mercados começaram a saturar-se, desvalorizando e colocando a produção da erva em crise, iniciando mais um tema de tensão que foi a disputa limítrofe por regiões ervatais cuja posse era afirmada pelos dois países. (BANDEIRA, 2003, p.83)

Em 1862, após a morte de Carlos López, assume o governo seu filho, o General Francisco Solano López. Como um de seus primeiros atos no poder, Solano López elevou o patamar de militarização do país de moderado, presente no governo de seu pai, até o nível de prioridade máxima. A inflexibilidade do novo governante nas negociações internacionais agravou as relações com os demais países. O Paraguai visivelmente não possuía uma habilidade diplomática que pudesse influir sobre os demais a ponto de não ter que recorrer à espada.

Solano López estava inebriado pela idéia de fazer-se ouvir e acreditava que somente por vias armadas poderia conquistar a atenção que julgava merecer. O estado paraguaio era obviamente menor e menos populoso que o Império brasileiro, mais sua capacidade militar no período pré-guerra dava a López impressão de ser possível uma vitória contra o Brasil. Acreditava que a militarização de sua nação e seu exército seriam capazes de avançar sobre territórios inimigos propiciando a formação do grande Paraguai. O Império por sua vez não estava disposto a perder território e com isso ver seus níveis de poder diminuírem, além de primar pela manutenção de sua condição de potência. Então, fez-se a guerra.

3.1.3 Multipolaridade Desequilibrada como Causa para a Guerra do Paraguai

Segundo o Realismo Ofensivo, os sistemas caracterizados por uma estrutura multipolar desequilibrada, são mais propensos à existência de conflitos armados. Nesses sistemas o desequilíbrio na balança de poder aumenta o nível de insegurança entre os estados menos favorecidos instando-os a restabelecer o equilíbrio do sistema e até mesmo pleitear a posição de nova potência sistêmica. O estudo histórico da Guerra Paraguai ajuda a corroborar a teoria ofensiva, pois mostra que a multipolaridade desequilibrada vigente na região do Prata, naquela época, foi primordial no desencadeamento de uma série de desentendimentos que levaram ao Conflito.

O panorama do período que precedeu a guerra foi marcado por uma estrutura dotada de vários atores relevantes, sendo que o Brasil se destacava com certa superioridade regional. Apesar de não figurar como estado hegemônico, a primazia territorial, populacional e econômica do Império brasileiro, despertava em estados como o Paraguai uma grande preocupação acerca de intenções brasileiras em questões limítrofes e de disputas econômicas.

Sob essa perspectiva de dominância brasileira na região platina, o Paraguai, após a morte de José Francia, buscou na abertura aos assuntos externos uma forma de desenvolver-se internamente e conseqüentemente obter maior participação nas relações internacionais sul-americanas. Com a chegada de Carlos López ao poder, o Paraguai fundamentou seu crescimento com o auxílio tecnológico das potências européias. Através da ajuda de profissionais estrangeiros o estado paraguaio atingiu níveis de desenvolvimento consideráveis nas mais diversas áreas, que iam desde o incremento da infra-estrutura do país até o grande fortalecimento de seu exército. O país assumia papel de ator ativo nas relações entre os estados do Prata e de certa forma inquietador do sistema, uma vez, que o aumento vertiginoso de suas capacidades militares causava desconfiança nos demais atores do cenário sul-americano.

O crescimento paraguaio, baseado na exportação da erva-mate, exigia áreas de cultivo cada vez maiores, o que obrigava o estado guarani a retomar antigas questões limítrofes com o Brasil. Começava assim, o conflito de interesses entre os dois estados

que seria agravado posteriormente com a chegada de um inflexível Francisco Solano López ao poder.

Sob a visão do Realismo Ofensivo, uma guerra na região platina seria apenas questão de tempo, uma vez que a situação vigente preenchia dois fatores os quais são colocados por Mearsheimer como razões para a periculosidade de uma estrutura multipolar desequilibrada. Primeiramente, a potência regional do sistema, no caso o Brasil, não hesitaria em adentrar em um conflito caso outro estado ameaçasse sua superioridade, pois tinha ciência de que possuía insumos que o qualificavam a vencer um confronto armado contra qualquer outro país da região. Em segundo lugar, o Paraguai, ao ver-se subjugado pela supremacia brasileira, tomou a iniciativa de aumentar seus níveis de poder e lutar contra o Império brasileiro, de maneira a acabar com a insegurança causada pela superioridade brasileira e subir à posição de nova potência regional.

Apontada pelo Realismo Ofensivo como fator agravante para a instabilidade de um sistema, a multipolaridade desequilibrada presente na região platina, na época da guerra, diferia em certo grau dos moldes retratados por autores como Mearsheimer. O sistema certamente possuía um estado mais poderoso que os demais. No entanto, o efeito desestabilizador da balança de poder dentro do sistema, não foi perpetuado pelo estado mais poderoso, o Brasil, mas sim pelo estado possuidor dos maiores níveis de poder atual, que era o Paraguai.

Os grandes investimentos alocados em seu exército, remetiam ao Paraguai uma capacidade militar superior a qualquer outro estado sul-americano, mesmo que sua inferioridade econômica e populacional fosse perceptível. Carlos López conseguiu com enorme eficiência transformar o pouco do poder potencial que o Paraguai possuía em uma quantidade de poder atual exorbitante. Mesmo com dimensões territoriais limitadas, o estado Guaraní adquiriu grande importância no sistema Platino, na medida em que sua militarização despertava desconfiança entre estados como Brasil, Argentina e Uruguai.

Tabela 4: Militarização Paraguaia no período pré-guerra.

	População	Comércio Exterior em Libras Esterlinas	Arrecadação de Impostos em Libras Esterlinas Fins (1864)	Efetivo do Exército
Paraguai	400.000	560.392	314.420	77.000
Argentina	1.737.076	8.951.621	1.710.324	6.000
Brasil	9.100.000	23.739.898	4.392.226	18.320
Uruguai	250.000	3.607.711	870.714	3.163

Fonte: *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*

Aliado, à grande militarização paraguaia, existe outro fator que contribui para a diferenciação da multipolaridade desequilibrada sul-americana, perante os moldes realistas ofensivos. Esse fator remete a grande influência que o ditador paraguaio teve para que a guerra da tríplice aliança ocorresse. A personalidade enérgica e instável de Solano López no comando de um exército numeroso e poderoso foi um grande golpe nas estruturas de um sistema já marcado pelo desequilíbrio. A multipolaridade platina possuía uma potência, mas os reais fatores de desequilíbrio foram ocasionados pelo inquieto estado paraguaio.

Francisco Solano López assumiu o governo paraguaio em 1862 e dedicou-se, por todo o tempo que governou, a conquistar o respeito regional que ele afirmava não ser prestado ao estado paraguaio. Nas questões internas, deu total prioridade à continuidade do fortalecimento militar de seu estado e nas questões externas adotou uma postura extremamente agressiva, negociando nas discussões limítrofes de maneira inflexível. Mesmo possuindo menor território e população que o Brasil, Solano López acreditava ser capaz de derrotar o Império contrariando opiniões de conselheiros políticos de outros países e até mesmo paraguaios. Solano López se apoiava no fato de que sua grande capacidade militar (ver Tabela 4), o qualificaria a buscar resultados positivos caso houvesse um conflito bélico contra o Império Brasileiro. Desde que tal conflito fosse breve e não houvesse tempo para que o Brasil se fortalecesse militarmente.

As ações tomadas pelo ditador começaram a despertar desconfiança até mesmo nos estados que, pela lógica realista ofensiva, supostamente deveriam apoiá-lo. Suas ações desmedidas e sua postura de adoção da espada como único modo de fazer os interesses paraguaios serem respeitados desagradavam Argentina e Uruguai, que primeiramente também se viam ameaçados pela supremacia brasileira. Por fim, após o ataque a Corrientes na Argentina e posteriormente a invasão do Mato Grosso, estopim que levou o Império à guerra, Argentina e Uruguai perceberam um perigo crescente na política agressiva de Solano López lastreada por seu poderio bélico. Já no decorrer da Guerra do Paraguai, em 1865, foi assinado o tratado da Tríplice Aliança que unia Argentina e Uruguai ao Brasil na Guerra contra um estado que começava a desestabilizar o sistema e que havia de ser detido.

A formação da Tríplice Aliança não é totalmente sem explicação por parte da teoria Realista Ofensiva. Mesmo contrariando a provável ação proposta pelo Realismo Ofensivo para Argentina e Uruguai, que seria de lutar contra a potência regional, o crescimento paraguaio com uma forte militarização, real fator desestabilizador do sistema, exigiu dessas nações uma avaliação de qual lado seria mais arriscado para a manutenção de suas soberanias.

Obviamente, nem a Argentina nem o Uruguai seriam capazes de deter o crescente estado guarani sem auxílio externo. Surgia como alternativa, aliar-se ao Império Brasileiro, como forma de juntar-se ao lado mais forte e com maiores chances de vencer a guerra. Mesmo sem poder confiar nas intenções do estado brasileiro, Argentina e Uruguai optaram por aliar-se ao lado que poderia fornecer menores riscos, e até mesmo possibilidades de ganhos caso a vitória sobre o Paraguai se perpetuasse. Dessa forma, a estratégia que traria menores riscos de perda para esses estados seria a de se juntar a um estado mais poderoso representando a manutenção de seus níveis de segurança. Portanto, a formação da Tríplice Aliança é vista pelo Realismo Ofensivo como um *Balancing*, onde entre a manutenção de uma potência regional e a ascensão de um estado unido de interesses sombrios, optou-se pela opção que representava maior segurança.

3.2 ATUAÇÕES INTERNACIONAIS NO CONFLITO

A Guerra do Paraguai foi travada por países com baixos níveis de expressão nas relações internacionais. Por viverem uma situação de recente conquista da independência, ainda buscavam o desenvolvimento de fatores sócio-econômicos e, por conseguinte, não possuíam maiores capacidades de interferência na balança de poder internacional. Entretanto, o conflito no Prata despertou interesses ao redor do globo, e por se tratar de uma provável redefinição na distribuição de poder regional poderia acarretar em diversas mudanças para estados como os EUA e principalmente a Inglaterra que via o sul do continente Americano como mercado consumidor de manufaturas e fonte importante na obtenção de matéria-prima. O entendimento dessa interferência de países com tamanhos níveis de poder, distantes geograficamente, em um conflito entre estados pouco participantes na balança de poder, pode ser melhor elucidado ao se utilizar a explicação de John Mearsheimer (2003, p.42) sobre o que ele denomina de equilibradores extracontinentais.

Adquiridos a capacidade de sobrevivência e manutenção de sua soberania, um estado possui como meta maior, fortemente influenciada pela estrutura internacional anárquica, a maximização de poder que o qualifique como potência hegemônica global. Porém, devido às limitações que as grandes massas de água trazem aos estados que almejam a conquista de territórios longínquos, por meios militares,¹⁹ configura-se como opção mais viável aos países a aquisição do posto de hegemonia de sua região geográfica e perpetuação de influência econômica, cultural e psicológica com capacidade coercitiva global. Em resumo, os países que chegam ao status de hegemonia em qualquer região, tem como objetivos primários, o impedimento de ascensão de qualquer país territorialmente próximo e o sufocamento de qualquer situação internacional que possa colocar sua hegemonia em risco, como deflagrações de conflitos armados em territórios distantes e o crescimento excessivo dos níveis de poder de algum país em qualquer lugar do mundo. Para os equilibradores extracontinentais a situação ideal seria aquela em que seus níveis de poder fossem de tamanha magnitude que não seriam contestados por seus países vizinhos e nas demais regiões a balança de

¹⁹ MEARSHEIMER, op. cit., p. 114

poder fosse equilibrada, de modo a não haver a possibilidade de crescimento de algum outro país ao posto de hegemonia em sua região, mesmo que afastada.

Ao longo da história houve vários exemplos da interferência desses equilibradores extracontinentais nas situações de rearranjo da distribuição de poder, em regiões a parte de seus domínios territoriais. Na Guerra do Paraguai não foi diferente. A América do Sul representava um grande mercado consumidor de manufaturas européias e as matérias primas sul-americanas como minérios, algodão, açúcar, dentre outros, abasteciam o desenvolvimento trazido pela primeira revolução industrial no velho mundo, assim, uma guerra que mudasse os rumos dos estados que constituíam tão promissor mercado, poderia trazer novos paradigmas às nações imperialistas.

As principais participações internacionais na guerra do Prata são de origem inglesa e americana. Os autores divergem acerca dos tipos de interferências e qual participação essas nações tiveram no andamento e principalmente no início do conflito. Na seção seguinte serão estudadas duas opiniões discrepantes, referentes à atuação inglesa e americana na guerra, que salvo os seus contrapontos, contribuem de maneira positiva no estudo do maior conflito armado das Américas.

3.2.1 Inglaterra: interesses imperialistas na guerra do Paraguai

A participação da Inglaterra na Guerra do Paraguai é um tema que divide opiniões entre os historiadores brasileiros. As mais variadas teorias referentes aos verdadeiros planos ingleses para o conflito na bacia do Prata mostram vários ângulos de visão acerca de quais seriam os reais interesses britânicos na América do Sul. De sorte, que para um melhor entendimento sobre qual importância que países como Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai possuíam na política externa de uma potência como a Inglaterra, é apropriado que se entenda os fatores que puseram fim ao colonialismo mercantil, no início do século XIX, e impulsionaram os britânicos a buscarem novos mercados consumidores e fornecedores de matéria-prima.

De acordo com Heffer (1999, p. 302), no início do século XIX o colonialismo sofreu diversas derrotas que acarretaram em uma perda de inúmeros territórios que se libertaram de uma situação de dominação e observância, por exemplo, nas independências de alguns países na América Latina como o Paraguai em 1911 e a Argentina em 1816. O surgimento de pensadores liberais anticolonialistas ajudou a enfraquecer a idéia de submissão da colônia ao monopólio comercial e industrial da metrópole e colocou em cheque a política externa de países como a Inglaterra, contribuindo pra a ratificação dos pensamentos liberais que pregavam uma separação entre expansão comercial e dominação colonial.

O progresso industrial trazido pela 1ª Revolução Industrial tornou a Inglaterra a maior exportadora mundial de ferro e tecidos de algodão. A origem da matéria-prima já era quase que cem por cento externa e a produção interna ofertada superava enormemente a demanda doméstica, tendo que ser escoada para os países Latinos que se encontravam em um período de pós independência e crescimento de sua economia de mercado. Juntamente aos fatores econômicos, a expansão comercial inglesa foi fortemente influenciada por pressões demográficas internas refletidas em novas exigências sociais do proletariado industrial, principalmente relacionadas ao fator alimentação, que tornava imperativo o controle Inglês sobre suas importações para que a falta de qualquer insumo não deflagrasse um colapso econômico e social. Como afirma Heffer em sua obra:

Ninguém contesta a importância primordial dos fatores econômicos na expansão colonial do Século XIX. No entanto, convém não menosprezar a influência do nacionalismo, da vontade de poder dos estados, da demografia, do proselitismo religiosos, da curiosidade científica, das iniciativas pessoais (HEFFER, 1999, p.303).

Ou seja, nascia o imperialismo econômico, e junto a ele a necessidade de reformulação da política externa inglesa, que via em países antes tidos como colônias subservientes, novos e importantes parceiros comerciais.

Assim, o interesse inglês nas mais diversas áreas do globo se justificava pela busca incessante de mercados que contribuíssem na manutenção de sua condição de potência regional. Todo e qualquer acontecimento internacional durante grande parte do

Século XIX, era merecedor de atenção por parte da coroa britânica. Como um legítimo equilibrador extracontinental, a Inglaterra voltava suas atenções para os acontecimentos territorialmente próximos, sem deixar de observar as interações internacionais nas mais diversas localidades que poderiam alterar a distribuição de poder em uma região determinada e até mesmo produzirem novas potências regionais desafiadoras do status Inglês.

Dessa forma, a Guerra do Paraguai, na visão inglesa, não era uma mera troca de farpas entre nações sem maior expressão no cenário internacional. O conflito atraiu certa atenção do governo Inglês por envolver mercados fornecedores de grandes quantidades de matéria-prima essenciais ao desenvolvimento Britânico, além de colocar em choque, estados que importavam montantes consideráveis de produtos manufaturados e que recebiam empréstimos anuais de diversas instituições financeiras inglesas. Todos esses fatores contribuíram para que a Inglaterra se sentisse impelida a acompanhar a Guerra da Tríplice Aliança com certa atenção. Assim, explorados os fatores responsáveis para que a Inglaterra voltasse seus olhos para um conflito tão distante de seus domínios territoriais, surge a necessidade do estudo das opiniões discrepantes acerca da participação de atores externos na Guerra do Paraguai, existentes na literatura brasileira. Nos tópicos 3.2.3 e 3.2.4 essas abordagens serão apresentadas, de modo a fornecer um maior entendimento do conflito e de qual grau de interferência externa foi presenciado ao longo de seis anos de embates na América do Sul.

3.2.2 Estados Unidos

Os Estados Unidos não tiveram um interesse pela Guerra do Paraguai tão ouriçado quanto o dos Ingleses. Com menos de cem anos de independência, a política externa americana se envolvia com estratégias para a expansão territorial que os engajavam na chamada Marcha para o Oeste que os colocou em conflito com tribos indígenas e posteriormente em 1846 em guerra com o México. Juntamente ao ideal expansionista que os movia rumo ao crescimento territorial, se somava a Doutrina Monroe, enunciada em 1823, pelo presidente James Monroe que baseava a atuação internacional americana em uma postura contra o colonialismo europeu, pela não

intervenção nos assuntos internos dos países americanos e pela não intervenção em guerras entre países europeus e suas colônias.²⁰

Segundo H. C. Allen:

A mensagem famosa não apenas afirmou a intenção dos Estados Unidos de isolar-se do que Jefferson chamara de 'bulha européia', mas anunciou também a decisão de usar o poder nacional para manter idêntico isolamento em todo o Hemisfério Ocidental... Por um lado a América reservaria a 'neutralidade' nas relações por elas mantidas com os países latino-americanos e não interferiria nos assuntos internos de qualquer país europeu... (ALLEN, 1999, p.110)

A adoção de uma postura relativamente neutra em relação aos acontecimentos externos ao seu território refletia a prioridade que os Estados Unidos delegavam aos planos de extensão de seus domínios rumo ao oceano pacífico. Ademais, o início da Guerra do Paraguai coincide com os últimos desdobramentos da guerra civil americana, que de 1860 a 1865 causou a morte de quase 980 mil pessoas,²¹ e moveu toda a atenção americana para um acontecimento que redefiniria o andamento de sua história.

O pouco que se pode relatar acerca da participação americana na Guerra do Paraguai mostra um tímido apoio ao lado Paraguaio, mais como uma simpatia pelo lutador teoricamente mais fraco, uma vez que a República Guarani enfrentava um aliança formada por três países. De acordo com Doratioto (2003, p.257), até 1866, o Império Brasileiro manteve o rio Amazonas e seus afluentes fechados à navegação internacional, fator este que criou certo desconforto nas relações entre Estados Unidos e Brasil até a revogação da proibição. Entretanto, de maneira a por fim a qualquer resquício que pudesse apontar para uma interferência tendenciosa por parte dos americanos no conflito, em dezembro de 1866, o Congresso Americano aprovou uma resolução oferecendo sua mediação de maneira a contribuir para o fim da Guerra que mesmo não tendo sido bem sucedida, mostrou o interesse dos EUA no término do conflito armado.

²⁰ ALLEN, H.C. *História dos Estados Unidos da América*. 1. ed. São Paulo: Editora Forense, 1999. Capítulo IX

²¹ *Ibidem*, Capítulo X

Sob a visão do realismo ofensivo, pode-se afirmar que o Estados Unidos buscavam no crescimento territorial uma maneira de maximização de poder, que mesmo sendo morosa teria grande probabilidade de sucesso. A estratégia americana era calcada sob uma perspectiva de fortalecimento interno, com certa cautela para acontecimentos globais, para que posteriormente pudesse ser adotar a postura agressiva no cenário internacional que conduziu este país à condição de potência regional. A doutrina Monroe, dentro desse panorama, nada mais foi que um instrumento de enfraquecimento do colonialismo europeu e garantia que a América seria, enfim, apenas para os interesses norte-americanos. Portanto, no momento em que se deu a Guerra do Paraguai, os EUA ainda não possuíam capacidades militares ou econômicas que lhes conferisse a possibilidade de uma grande intervenção. O equilibrador extracontinental da época, sem dúvida, era a Inglaterra e as abordagens sobre quais contribuições esse ator deu para andamento da Guerra no Prata é o tema das próximas seções.

3.2.3 Uma visão enaltecida do Governante Paraguaio e da Influência negativa da Inglaterra na Guerra do Paraguai

As variadas versões existentes que retratam os acontecimentos do conflito no Prata, podem ser divididas de acordo com dois fatores: Primeiramente, a visão que os historiadores têm acerca da participação que o ditador Paraguaio Francisco Solano López teve no andamento da guerra; e em segundo, qual a importância que os agentes externos tiveram tanto no início quanto no andamento do conflito.

Do lado mais revolucionário e insurreto de nossa história, pode ser destacado como maior expoente o autor Júlio José Chiavenatto. Grandemente influenciado por um revisionismo histórico oriundo da década de 70, marcada pela censura e repressão ideológica, o autor, imbuído de uma necessidade de crítica ao governo da época, coloca em sua obra opiniões fervorosas que afirmam que a Guerra do Paraguai representou um genocídio da população guarani perpetuado pela tríplice aliança, influenciada diretamente por interesses imperialistas ingleses. Juntamente à condenação da interferência externa no conflito, Chiavenatto coloca Francisco Solano López como um

estadista desenvolvimentista, que primou pelo crescimento paraguaio por vias independentes ao capital europeu.

Segundo Chiavenatto (1981, p.78), os fatores motivadores decisivos para uma interferência mais direta por parte da Inglaterra na luta por poder na América do Sul, são de cunho econômico. Primeiramente, como fator que poderia comprometer o desenvolvimento econômico inglês, que em meados do Século XIX era extremamente dependente de sua exportação de tecidos, foi o impedimento da saída de algodão do sul dos Estados Unidos causado pela Guerra de Secessão americana. Privados da importação de uma grande quantidade de matéria-prima, os ingleses se viram em uma situação delicada, uma vez que a indústria paraguaia vivia um momento de ascensão e poderia se tornar uma ameaça ao desejo inglês de obter exclusividade sobre a venda de tecidos no sul do continente americano. Dessa forma, segundo o próprio Chiavenatto, uma guerra contra este país de economia crescente seria uma forma de deter seu crescimento, para que a Inglaterra não visse seus mercados consumidores assediados por outra nação.

A busca por novos mercados consumidores no século XIX é colocado como mais um fator determinante para a intervenção inglesa na balança de poder vigente na América do Sul no período que antecedeu Guerra do Paraguai. Se por um lado a libertação dos países latino americanos das rédeas das metrópoles significou a falência do colonialismo mercantil, por outro, trouxe para o cenário internacional o desenvolvimento de novos mercados que impulsionavam o crescimento do novo modelo de dominação dos países europeus, conhecido como imperialismo econômico. As altas barreiras alfandegárias tornavam o comércio entre as nações européias cada vez mais oneroso, o que tornou imperativo a procura por novos mercados que servissem como escoamento do excedente de produção dos países do velho continente. Logo, o ideal de expansão territorial do Ditador Solano López, com o objetivo maior de criação do Grande Paraguai pela anexação do Uruguai e de parte do território brasileiro, ia de encontro aos interesses ingleses que vislumbravam estados latinos independentes e capazes de comprar quantidades cada vez maiores de manufaturas inglesas, além de venderem matéria-prima a preços baixos. Para a Inglaterra, a unificação de estados na América Latina não era um bom negócio. Assim, de acordo com Chiavenatto, o conflito

no Prata tornou-se uma medida necessária e conveniente à coroa britânica, que tinha ciência das perdas comerciais que teria caso o Paraguai saísse vencedor da guerra.

Por fim, a suposta intervenção tendenciosa na Guerra do Paraguai é relacionada à intenção de manutenção do status quo dos países da América Latina que era favorável aos objetivos britânicos. A relação de subserviência que os países latino-americanos tinham com a Inglaterra era situação característica do período pré-guerra do Paraguai. Portanto, o crescimento paraguaio, de maneira excepcional para os padrões dos países latinos naquela época, poderia representar um mau exemplo e até mesmo um incentivo para que mais países se revoltassem contra essa submissão ao capital europeu. Segundo dados mostrados por Chiavenatto, a Inglaterra mantinha países como Brasil e Argentina sobre sua observância através de altos empréstimos cedidos anualmente, como os 31 milhões de libras emprestados ao Brasil de 1825 a 1870 e as 27 milhões de libras enviadas para a Argentina do início do século XIX até o ano de 1875²² que afloravam na burguesia desses países uma grande simpatia aos interesses ingleses. Então, qualquer desequilíbrio na distribuição de poder em uma região tão importante economicamente para a Inglaterra deveria ser suprimido com rapidez antes que um determinado país alcançasse ganhos de poder relativos que o qualificassem como potência regional chegando a pleitear maior participação internacional perante a principal potência da época, que vinha a ser a Inglaterra.

Como pode-se perceber, a visão apresentada nesta seção afirma veementemente que a Inglaterra interferiu de maneira totalmente desfavorável ao Paraguai no período anterior e durante o conflito no Prata. Os autores adeptos dessa versão histórica colocam o estado paraguaio como grande prejudicado pelo conflito e massacrado por três marionetes de um ator maior, ou seja, a Inglaterra.

Entretanto, existe uma outra face deste conflito. Na seção seguinte serão apresentados os argumentos das leituras que colocam a Inglaterra em uma posição mais neutra em relação à Guerra do Paraguai e afirmam que o Ditador Francisco Solano López não era dotado de práticas tão benevolentes quanto às apresentadas pelos autores da vertente supracitada.

²² CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: A guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p 82.

3.2.4 Posições Neutras

Ainda dentro da discussão acerca da real participação das potências regionais na Guerra do Paraguai, surge a necessidade do estudo da vertente histórica brasileira que delega uma participação mais neutra desses estados no conflito do Prata. Nessa abordagem, cujo maior expoente é o escritor Francisco Doratioto, há uma rejeição à interpretação de que a contenda no Prata tenha sido fruto do imperialismo britânico. Doratioto, em sua obra, afirma que os fatores que levaram à guerra estavam enraizados dentro do processo histórico regional da América Latina e apresenta em seu livro, diversos dados, fatos históricos e documentos que sustentam sua assertiva de que as potências regionais, principalmente a Inglaterra, primaram por uma postura neutra e não prejudicial a nenhum dos lados no conflito.

De acordo com essa visão, é extremamente fantasioso afirmar que o Paraguai tenha promovido sua industrialização a partir de recursos próprios, sem depender em nenhum grau do capital proveniente do continente europeu. Na verdade, o crescimento Paraguaio foi viabilizado através da exportação de produtos primários para o mercado regional e mundial, após a liberação da navegação no Prata na década de 1850, adquirindo assim uma rápida modernização interna, basicamente militar. No entanto, os projetos de infra-estrutura Guarani tiveram participação ativa de capital e especialistas de países do velho continente, principalmente da Inglaterra, sendo que de 1850 a 1870 foram recrutados cerca de 250 técnicos europeus para auxílio em áreas auxiliares no desenvolvimento estatal, com 200 integrantes desse grupo oriundos do domínio Britânico.²³ Logo, também já pode ser refutada a idéia de que o ditador paraguaio não teria boas relações diplomáticas com a Inglaterra, uma vez que em 1854, quando ainda ocupava o cargo de ministro plenipotenciário foi enviado para o Reino Unido com a missão de comprar armamentos, estabelecer acordos comerciais e acordar acerca do envio de jovens paraguaios para receber treinamentos em instituições inglesas.²⁴

Outro argumento defendido por revisionistas como Chiavenatto, referente ao temor que a Inglaterra tinha de sofrer perdas econômicas causadas pelo crescimento

²³ DORATIOTO, op. cit. p. 30

²⁴ Ibidem, p. 29

paraguaio ou por uma possível unificação de estados latino-americanos arquitetado pelo mesmo, é rebatido pela obra de Doratioto. O Paraguai se encontrava em momento de ascensão de sua economia, mas figurava a léguas de distância de atingir uma capacidade de importância comercial tal qual os ingleses possuíam na região. Ademais, o estado paraguaio nunca colocou impedimentos à entrada de mercadorias inglesas, ao passo que até 1865 as manufaturas britânicas representavam cerca de 75% da pauta de importação paraguaia.²⁵ Como mercado consumidor o Paraguai, apesar de sua dimensão diminuta acarretada pelo baixo poder aquisitivo da população, não oferecia empecilhos para o escoamento de produção inglesa além de ter uma considerável abertura para importações. E discordando da afirmação feita por Chiavenatto que colocava a preocupação inglesa causada pela interrupção do fornecimento de algodão dos Estados Unidos, em função da Guerra de Secessão nos anos de 1861 a 1865, como estopim para atitudes hostis inglesas com relação ao Paraguai, Doratioto relata que desde 1860 o Egito atendia adequadamente a demanda da indústria têxtil Britânica por algodão.²⁶

Segundo Doratioto, se houve um lado que despertou uma leve antipatia por parte das potências daquele período, foi o da Tríplice Aliança. As relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra haviam sido interrompidas em 1863 permanecendo assim até 1865, devido a questão Christie acerca do naufrágio do navio Inglês *Prince of Wales*. A França, alegando sua neutralidade no conflito, dificultou o recebimento do encouraçado Brasil encomendado pelo Império antes do início da guerra. E os Estados Unidos, como já ressaltado anteriormente, nutriam uma simpatia pelo Paraguai por se tratar de conflito entre três países contra um só. O que reverteu este panorama a ponto de colocar as potências européias definitivamente em posição de neutralidade, foi uma delegação diplomática do Império Brasileiro enviada ao continente europeu no decurso da guerra que garantiu a obtenção de armamentos e anulou as hostilidades dos governos europeus à causa aliada.

No que diz respeito ao Ditador Solano López, as duas vertentes históricas brasileiras seguem em caminhos opostos. Se por um lado o revisionismo histórico de Chiavenatto postula o ditador como um homem benevolente e possuidor de interesses que primavam pelo desenvolvimento social paraguaio, por outro, Doratioto afirma:

²⁵ Ibidem, p. 30

²⁶ Ibidem, p. 87

Também é equivocada a apresentação do Paraguai como um estado onde haveria igualdade social e educação avançada. A realidade era outra e havia uma promíscua relação entre os interesses do Estado e os da família López, a qual soube se tornar a maior proprietária 'privada' do país enquanto esteve no poder. Os outros núcleos econômicos dependiam diretamente do aparelho de Estado para se apropriar de parte do excedente gerado pela economia, como era o caso da nascente burguesia rural (DORATIOTO, 2003, p.30).

Dessa maneira, a construção do mito Solano López como caudilho libertador e combatente do imperialismo europeu figura como construção de uma sociedade despótica e derrotada. A nova geração paraguaia no fim do século XIX necessitava de heróis que encarnassem a nacionalidade paraguaia abrindo, assim, caminho para o nascimento de um revisionismo da figura de Solano López conhecido como Lópizmo e defendido por autores como Chiavenatto. Entretanto, segundo Doratioto, há de se ater aos dados reais e estudar os fatores que mostram que a Guerra do Paraguai poderia ser evitada caso o ditador paraguaio adotasse medidas diplomáticas mais flexíveis. Para Doratioto:

Culpar a Grã-Bretanha pelo início do conflito satisfaz, nas décadas de 1960 a 1980, a distintos interesses políticos. Para alguns, tratava-se de mostrar a possibilidade de se construir na América - Latina um modelo de desenvolvimento econômico não dependente, apontado como precedente o Estado paraguaio dos López. Acabaram, porém, por negar essa possibilidade, na medida em que apresentaram a potência central - a Grã-Bretanha - como onipotente, capaz de impor e dispor de países periféricos, de modo a destruir qualquer tentativa de não-dependência. (DORATIOTO, 2003, p.87).

Mostradas as duas vertentes discrepantes acerca da participação internacional no conflito do Prata, pode-se concluir que mesmo de maneira neutra ou tendenciosa houve uma participação das potências internacionais na Guerra do Paraguai. Logo, a formulação de uma abordagem para tal participação, segundo as suposições do Realismo Ofensivo é necessária, aparecendo como tema da próxima seção.

3.2.5 Equilibradores Extracontinentais na Guerra do Paraguai

Independentemente da divergência existente entre as duas abordagens, apresentadas anteriormente, sobre a participação internacional na Guerra do Paraguai, há de se reconhecer que tal participação ocorreu. Estados Unidos, França e principalmente a Inglaterra, acompanharam os acontecimentos no período pré-guerra do Paraguai com extrema cautela, pois sabiam que tal conflito poderia rearranjar a distribuição de poder na América Latina e afetar uma importante fonte de matéria-prima.

De acordo com o Realismo Ofensivo, os estados se vêem obrigados pela estrutura anárquica do sistema internacional a adotar, como estratégia de sobrevivência, a constante busca pela maximização de poder. Conseqüentemente, a total maximização dos ganhos relativos pode conduzir a posição de hegemonia regional, garantindo níveis de segurança extremamente elevados. No entanto, a conquista de uma posição hegemônica só se torna possível a um determinado estado, na medida em que o mesmo atinja graus de desenvolvimento interno que o capacitem a aumentar sua influência no cenário internacional de uma forma segura e sustentável. E no século XIX o panorama vigente não era diferente.

Os Estados Unidos buscaram o aumento de suas capacidades pelas árduas vias do expansionismo territorial. Do ano de 1773 a 1853 travaram inúmeras guerras e gastaram quantias exorbitantes com o objetivo primário de aumentar seu território para o oeste, de maneira a conseguir uma saída para o Oceano Pacífico, obter maiores fontes de matéria prima e através do aumento de seu contingente populacional, ser capaz de construir um exército cada vez mais poderoso. Conseqüente a esse crescimento territorial, houve um crescimento econômico, vivido pelos EUA que passou a figurá-los com participação no comércio internacional de relevada importância. Entretanto, mesmo tendo acontecido em um território de interesse direto aos Norte-americanos, a Guerra do Paraguai não foi alvo de atuações diretas, por parte dos Estados Unidos, devido ao período pelo qual este país atravessava a Guerra de Secessão.

Esta postura de neutralidade adotada pelos americanos certamente não era condizente com um estado de crescente potência que vislumbrava o controle de todo o território do continente americano. Porém, entre os anos de 1861 a 1865 o estado Norte-Americano passou por um conflito interno que ocasionou em aproximadamente 970 mil mortes e quase dividiu o país em dois. Dessa forma, por um lado, uma intervenção em um conflito como o do Prata, poderia servir como fator de legitimação do desejo de domínio por parte dos Estados Unidos do seu continente, mas por outro exigiria uma aplicação de recursos, que em meio a uma guerra civil, poderiam acarretar na divisão do território conquistado à duras custas pelos norte-americanos. Refletindo as afirmações do Realismo Ofensivo, a estratégia norte-americana calculou qual ação traria mais ganhos relativos e optou pela alternativa com menores riscos.

Para Bernstein e Milza (1997), a França na época da Guerra do Paraguai, também atravessava um momento de turbulência em sua história. Sina nada incomum desde o início da Revolução Francesa em 1779. De 1852 a 1870, após a proclamação do Segundo Império por Napoleão III, houve uma expansão do Império francês no sudeste asiático e no pacífico acabando em um final desastroso na guerra franco-prussiana de 1870 a 1871. Logo, durante a Guerra do Paraguai, o Império francês voltou suas atenções para uma nova expansão territorial que lhe garantiu prosperidade material, industrial e comercial. E mesmo sabendo das mudanças sistêmicas que o conflito do Prata poderia ocasionar, permaneceu neutro, pois tinha ciência do deslocamento e dos recursos que seriam utilizados para uma intervenção direta.

A Inglaterra, por sua vez, teve uma participação um pouco mais ativa do que a França e os Estados Unidos. Mesmo havendo um debate tão intenso acerca da existência ou não de uma tendenciosidade nessa participação, podem ser retiradas conclusões embasadas pelo Realismo Ofensivo a respeito da participação inglesa na Guerra do Paraguai.

Do ponto de vista econômico, é arriscado se afirmar que a Inglaterra teve sua supremacia econômica mundial ameaçada pelo crescimento paraguaio. O desenvolvimento atingido pelos britânicos desde a primeira revolução industrial, os qualificava como maior influência econômica de todo o globo, tanto em termos de importação quanto de exportação. O abastecimento de suas matérias-primas era oriundo

de inúmeras localidades além do continente americano. As relações comerciais com os países latino americanos em sua maior parte eram amistosas, inclusive com a ditadura insurgente de Solano López. Ademais, o estado paraguaio recebia investimentos e financiamentos ingleses, na mesma medida que os países da Tríplice Aliança. Logo, a supremacia comercial inglesa não foi ameaçada em nenhum momento, a ponto de despertar olhares mais desconfiados ao Prata.

No que diz respeito à mudança do status quo, que poderia ser causada pela guerra, não há como negar que era tema de interesse direto da coroa britânica. Os ingleses tinham representações diplomáticas espalhadas por todos os estados da região platina que informariam a coroa caso a situação se tornasse ameaçadora para os planos daquele equilibrador extracontinental. Afinal, mesmo não sendo hegemônica na Europa, a Inglaterra, naquela época, assumia o posto de potência de maior destaque mundial. Assim, qualquer distúrbio, mesmo que em uma região longínqua poderia colocar em risco seus planos futuros e sua confortável situação de supremacia.

O que realmente pesou para a Inglaterra ter tido uma participação próxima da neutralidade é o fato de que o andamento da Guerra do Paraguai não tomou rumos arriscados aos interesses ingleses. Por um lado, o Paraguai possuidor de um exército poderoso, porém comandado por um Ditador alienado por uma meta utópica, não chegou a representar uma ameaça efetiva a não ser por conquistas territoriais conseguidas através de ataques surpresa no início da guerra. Por outro, a Tríplice aliança nunca demonstrou interesses de unificações territoriais que ferissem a observância inglesa na região ou que justificassem uma intervenção militar inglesa antes, durante ou após a guerra. A Inglaterra optou por adotar a estratégia do *Buck-Passing*, deixando o fardo de deter o crescente estado paraguaio, para os países que compunham a Tríplice Aliança. Ou seja, sem a necessidade de uma intervenção direta e de altos custos que tal intervenção exigiria, a Inglaterra viu o equilíbrio de poder na região do Prata ser restabelecido, de acordo com seus anseios.

Obviamente, há de se ressaltar que na possibilidade de quebra da ordem na região platina, acarretando em possíveis perdas de poder, a Inglaterra teria intervindo da forma que a situação requisitasse. A adoção de estratégias externas cautelosas e que conduzam a ganhos de poder é o que pode fazer a diferença entre uma nação de médio

porte e uma real candidata à potência hegemônica. Certamente, a Inglaterra, naquela época, pertencia ao segundo grupo e levaria suas ações até as últimas medidas caso a insurgência de desequilíbrios em qualquer ponto do globo pudessem ferir sua posição no sistema internacional.

CONCLUSÃO

Durante toda sua formulação, este estudo primou por analisar a eficácia da adoção de ferramentas teóricas, oferecidas pelo Realismo Ofensivo, para a compreensão de uma situação histórica de conflito, configurado na Guerra do Paraguai. Tentou-se verificar os benefícios e limitações que uma abordagem teórica teria ao confrontar-se com uma situação real do uso de um artifício estatal veementemente estudado pelos teóricos do Realismo, que é a Guerra. A junção de teoria e história foi testada através da incursão histórica no conflito e o levantamento de dados proporcionou a percepção de quais relações conflitantes na região do Prata, em meados do século XIX, tornavam o início da Guerra da Tríplice Aliança apenas uma questão de tempo.

A conexão entre o Realismo Ofensivo e os acontecimentos da Guerra do Paraguai suscitou um maior aprofundamento tanto teórico quanto historiográfico. No capítulo primeiro, foram desdobradas as premissas do Realismo Ofensivo postuladas por seu principal teórico, John Mearsheimer, que oferecem grande contribuição para a compreensão de uma série de fatores que podem tornar um sistema de estados mais propenso a contendas bélicas. A parte histórica condizente ao antes, durante e depois do conflito foi explanada no capítulo segundo, que, além da narração de todo embate em si, ressaltou a importância de desentendimentos estatais antecedentes à guerra e demonstrou o legado de destruição populacional e econômica deixado pelas batalhas. Ademais, no segundo capítulo foram expostas as diferentes correntes historiográficas, que fornecem abordagens históricas diferenciadas do conflito e contribuem de maneiras diversas para o entendimento do embate. Por fim, no capítulo terceiro foram integradas teoria e história, levantando a discussão de duas questões capitais. Primeiramente, utilizaram-se dados econômicos, militares e populacionais para comprovar se as alterações na distribuição de poder em um sistema de estados podem acarretar em um conflito armado entre os atores dessa estrutura. Em segundo lugar, verificaram-se as possíveis intervenções externas dos chamados equilibradores extracontinentais da época, representados pelas potências mundiais daquele período, Inglaterra, França e Estados Unidos.

O estudo da Guerra do Paraguai sob a ótica do Realismo Ofensivo, obviamente pecou por algumas limitações em sua abordagem, mostrando-se, no entanto, eficiente em diversos aspectos. Por ser uma teoria fundamentada por premissas que colocam as relações estatais como uma eterna busca por maximização de poder em um ambiente anárquico, essa vertente encontrava determinada semelhança com o conturbado momento histórico presenciado na época da Guerra da Tríplice Aliança. Os países temiam por sua soberania e a incerteza semeada pela falta de um poder normativo central incitava a constante possibilidade de um conflito. A América Latina observava a formação dos estados após o período colonial e a necessidade de unificação interna ocasionava choques com outros estados latinos sempre monitorados pelas potências européias, ávidas por novos mercados consumidores. O panorama sul-americano se assemelhava com o ambiente realista ofensivo de multipolaridade desequilibrada, as premissas se encaixavam nas situações vigentes da época e o despertar de uma guerra era previsível.

Durante a guerra, houve de fato, uma participação das potências internacionais. Mesmo que apenas de maneira observante, França, Estados Unidos e principalmente a Inglaterra, tiveram participação no conflito sem que tendessem a favorecer nenhum dos lados, mas sim monitorando o conflito para que o vencedor não chegasse a pleitear maior participação no cenário internacional. Postura essa, igual a afirmada pelo Realismo Ofensivo que denomina esses estados atuantes longe de seus domínios como equilibradores extracontinentais. Ademais, a colocação da cooperação entre estados, pelos teóricos do Realismo Ofensivo apenas como uma possibilidade de ganhos relativos para os países também pode ser percebida no caso da Guerra do Paraguai. Por ter o nome de Tríplice Aliança, essa união desperta a falsa idéia de ação cooperativa, quando na verdade não passou de uma estratégia de atuação internacional adotada por Argentina e Uruguai que inicialmente optaram pelo *Ballancing* como estratégia de atuação. Num segundo momento, após constatarem a superioridade das tropas brasileiras, Argentina e Uruguai adotaram o *Bandwagoning*, como estratégia. Juntaram-se ao estado mais forte, no caso o Brasil, pois sabiam não ser capazes de deter o rápido crescimento Paraguaio por conta própria, e temiam por sua soberania.

No que se refere à importância da configuração sistêmica vigente na região platina, na época da guerra, vêm a maior contribuição do Realismo Ofensivo para se

entender as causas da Guerra do Paraguai. Dentre todas as possíveis formas de distribuição de poder em um sistema, mostradas pela visão Ofensiva, era presenciado na América Latina a mais propensa a um conflito armado, a multipolaridade desequilibrada. Durante um período de aproximadamente vinte anos do Século XIX, o Império Brasileiro alcançou níveis de poder que o tornava ligeiramente mais poderoso que os demais estados, o que fez crescer no estado Guarani uma imensa vontade de atuar de maneira mais determinante nas negociações da região platina. Esse crescimento paraguaio se deu primordialmente por vias pavimentadas pela militarização e pelo aumento dos níveis de poder atual do estado. O desequilíbrio sistêmico inicial, representado pela superioridade brasileira, instou no Paraguai uma necessidade de crescimento, que na medida em que era fundamentada por investimentos militares, passou a representar o real fator desestabilizador do sistema. De fato, o crescimento Paraguaio surgido da vontade de maior participação nos assuntos da região, colocava-o em rota de colisão direta com os ideais brasileiros.

Obviamente, a aplicação teórica do Realismo Ofensivo sobre um fato histórico como a Guerra do Paraguai mostrou suas limitações. As limitações existem, mas no caso estudado, não são fruto de uma fraqueza teórica ou de uma incompatibilidade entre história e teoria. As limitações originaram-se da peculiar figura do governante paraguaio Francisco Solano López.

Ao adotar o estado como ator racional, o Realismo Ofensivo nunca seria capaz de explicar como um estado sozinho enfrenta uma aliança de três países mais poderosa econômica, populacional e territorialmente. Na visão Ofensiva, as principais causas de uma guerra são sempre originadas no plano sistêmico e um estado sempre avalia as possibilidades de ganhos e perdas ao adotar suas estratégias. Entretanto, na Guerra do Paraguai fatores não estruturais, principalmente do lado paraguaio, influíram para a deflagração do conflito e o governante Guarani se lançou para o embate acreditando em uma capacidade militar, que obviamente funcionaria apenas se o conflito não perdurasse por um tempo maior. Na verdade, a racionalidade do estado paraguaio pereceu no dia da morte de Carlos López, pai de Solano López. O antigo governante compartilhava os ideais de crescimento paraguaio, mas tinha ciência de suas limitações, e ao iniciar o conflito contra o Império Brasileiro, confirmou-se a previsão realista ofensiva: o Paraguai foi derrotado em uma guerra a qual nunca seria capaz de ganhar.

A abordagem de um fato histórico através de uma visão teórica, por fim se mostrou proveitosa. A teoria ajudou a ver o fato histórico de uma forma analítica e imparcial. Por sua vez, a incursão histórica proporcionou a compreensão das qualidades e limitações que a teoria possui para uma aplicação de certa maneira inusitada. A teoria tão acostumada aos ambientes anglo-saxões, foi trazida para mais perto de nossa realidade e o estudo dos acontecimentos históricos, que ajudaram na formação da América Latina tomam ciência de uma nova ferramenta analítica e catalisadora do conhecimento científico como um todo.

No entanto, durante o estudo, pôde ser percebida certa inaplicabilidade da Teoria Realista. Apesar de não comprometer o andamento desta monografia, essa inaplicabilidade apresentou deficiências dessa abordagem referentes aos temas chave que compõem a agenda internacional no continente sul-americano. Se por um lado a teoria se mostrou eficaz no estudo da guerra, por outro, ficam fora da abordagem fatores cruciais para o crescimento da região. O esquecimento de temas como desenvolvimento, pobreza e democracia, exalta a deficiência da Teoria Realista para temas sociais. Logo, a aplicação teórica sobre um conflito na região se mostrou eficiente, porém, também mostrou que a formação de estudos científicos no continente, deve cada vez mais atender as necessidades dos povos. Trazer o estudo teórico para a realidade do hemisfério sul foi uma experiência proveitosa. Entretanto, mostrou que a agenda temática da região necessita da inserção de teorias que sejam fomentadoras de maior consciência social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, H.C. *História dos Estados Unidos da América*. 1. ed. São Paulo: Editora Forense, 1999. Capítulo IX

BANDEIRA, L. A. Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e Integração na América do Sul-Da Tríplice Aliança ao Mercosul*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

CARR, Edward Hallet. *Vinte anos de Crise: 1919-1939*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CERVO, Amado; BUENO Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: UnB, 2002.

CERVO, Amado Luiz. *O Desafio Internacional: A política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: A guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HEFFER, Jean; SERMAN, William. *O Século XIX 1815-191: Das Revoluções aos Imperialismos*. 1ª Edição. Lisboa: Manuel Barbosa & Filhos, 1999.

HERZ, John H. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. *World Politics* 2, Nº 2, jan 1950.

MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: Norton & Company, 2003.

MORGENTHAU, Hans. *A Política entre as nações*. Brasília: Funag/IPRI, EdunB, 2003.

MITCHELL, B. R. *International Historical Statistics: the Americas, 1750-1993*. New York : Stockton Press, 1998.

MILZA, Pierre; BERSTEIN, Serge. *História do Século XIX*. Edição nº 116518/6708. São Paulo: Editora Europa América, 1997.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da. *Relações Internacionais - Teorias e Agendas*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2002.

TAUNAY, Visconde de. *Retirada da Laguna*. 1ª Edição. Companhia das Letras, 1997.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. New York: McGraw Hill, 1979.

SITES CONSULTADOS

<http://vulgaria.wordpress.com/2008/02/23/la-guerra-del-paraguay-1865-1870-el-baron-de-maua/>. Acesso em 29 de julho de 2008.

<http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/guerra-do-paraguai/imagens/guerra-do-paraguai-42.jpg>. Acesso em 15 de agosto de 2008.

http://www.klickeducacao.com.br/Klick_Portal/Enciclopedia/images/Ri/539/296.jpg. Acesso em 20 de agosto de 2008.

<http://www.midiasemmascara.com.br/artigo.php?sid=5656>. Acesso em 20 de agosto de 2008.

<http://www.culturabrasil.org/neocolonialismo.htm>. Acesso em 01 de setembro de 2008.

<http://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/marcha-para-oeste>. Acesso em 11 de setembro de 2008.

<http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/questao-christie.jhtm>. Acesso em 17 de setembro de 2008.

http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/guerra_paraguai.html. Acesso em 25 de setembro de 2008.

http://www.cdocex.eb.mil.br/arquivosDocs/Guerra_do_Paraguai.doc. Acesso em 30 de setembro de 2008

<http://www.historiadobrasil.net/guerraparaguai/>. Acesso em 02 de Outubro de 2008.